

===== **ACTA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OLIVEIRA DE AZEMÉIS, REALIZADA EM QUATRO DE FEVEREIRO DO ANO DOIS MIL E ONZE:** =====

===== *Aos quatro dias do mês de Fevereiro do ano dois mil e onze, pelas dezoito horas, na Sala Polivalente da Biblioteca Municipal Ferreira de Castro, reuniu, em Sessão Ordinária, a Assembleia Municipal de Oliveira de Azeméis, sobre a Presidência do Excelentíssimo Senhor **Dr. Jorge Manuel Freitas de Oliveira e Silva**, Secretariado pelos Senhores **António Luís da Fonseca e Grifo** – Segundo Secretário e **José Alves da Silva** - Presidente da Junta de Freguesia de Ossela e cuja Ordem de Trabalhos era a seguinte:* =====

===== ***Tomada de Posse do Conselho Municipal de Segurança*** =====

===== *Pelo Senhor Presidente da Mesa da Assembleia, foi dada posse ao Conselho Municipal de Segurança.* =====

===== **Ponto um:** *Votação das Actas nºs 8 e 9;* =====

===== **Ponto dois:** *Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara acerca da actividade e situação financeira do Município;* =====

===== **Ponto três:** *Relatório de Acompanhamento da Execução do Plano de Saneamento Financeiro – Reporte a 31 de Dezembro de 2010 – Apreciação;* =====

===== **Ponto quatro:** *Mapa Anual de Pessoal – 2011 – Alteração/ Rectificação;* =====

===== **Ponto cinco:** *Protocolo de colaboração a celebrar com a FAMOA – Federação das Associações do Município de Oliveira de Azeméis, para a concretização do evento “IV Concurso Nacional de Instrumentos de Sopro “Terras de La-Salette 2011” – Autorização;* =====

===== **Ponto seis:** *Protocolo de colaboração a celebrar com a FAMOA – Federação das Associações do Município de Oliveira de Azeméis, para a concretização do evento “Curso Carnavalesco” – Autorização;* =====

===== **Ponto sete:** *Adenda ao contrato-programa de desenvolvimento desportivo – Grupo desportivo de S. Roque – Autorização;* =====

===== **Ponto oito:** *Adenda ao contrato-programa de desenvolvimento desportivo – Futebol Clube Cesarense – Autorização;* =====

===== **Ponto nove:** *Operação de reparcelamento urbano da Zona Desportiva de Oliveira de Azeméis – Aprovação;* =====

===== **Ponto dez:** *Proposta de colocação de sinalização vertical na Rua da Lomba, freguesia de Carregosa – Aprovação;* =====

===== **Ponto onze:** *Proposta de postura de trânsito – Estacionamento proibido na Rua João Borges Almeida, desde o Largo da Igreja até à Rua da Saudade, freguesia de Carregosa – Aprovação;* =====

===== **Ponto doze:** *Proposta de revisão do Regulamento do Conselho Municipal de Segurança – Aprovação.* =====

===== *Verificou-se a presença dos seguintes Membros da Assembleia Municipal:* =====

===== **Do Partido Social Democrata (PSD):** *António Manuel da Costa Alves Rosa, António da Silva Xará, José Francisco Brandão de Oliveira, Ana Maria Ferreira Alves da Silva Neves, José Domingos Campos da Silva, Rui Filipe Fernandes Nunes, Paula Regina Fernandes Duarte de Oliveira Pinto, Francisco Borges de Almeida, José Filipe da Silva Carvalho, Diamantino Melo de Almeida, José da Silva Santos, André Lourenço Pinheiro Ribeiro, Francisco de Jesus Jacinto, Américo de Almeida Carvalho, Manuel Rebelo da Costa, Ramiro Pereira Alves Rosa, Miguel Mendes da Silva, José António de Pinho Santos, Carlos Manuel de Pinho e Silva, Ilídio Barbosa Lopes, Pedro Joaquim da Silva Ribeiro, Hugo Manuel Gomes Silva Pereira e António de Jesus Silva.* =====

===== **Do Partido Socialista (PS):** *Manuel Francisco dos Santos Valente, Fernando Manuel Pais Ferreira, Helena Maria Dinis dos santos, Fernando Ricardo Gomes Oliveira Bastos, José Ramos da Silva, Ana Lúcia Nunes de Sousa, Carlos Manuel Afonso de Bastos Oliveira, Manuel José Tavares Soares, Ana Raquel Simões Teixeira, Bruno Armando Aragão Henriques, José António Domingues Marques Lourenço, Cristina Maria Valente de Pinho, Rui Jorge da Silva Cabral, Armindo Fernandes Martins Nunes e Bernardo Amaro Moreira Simões.*

===== **Do Partido Popular (CDS/PP):** *Miguel Ângelo de Carvalho Santos Portela e João Carlos Amaral Osório Nunes Silva.* =====

===== **Independente:** *Rodrigo Moreira da Silva.* =====

===== **Ausência dos Membros:** Isabel Maria Fernandes G. Ferreira Vilhena, Ana Luísa Gonçalves Regala de Mendonça Humphrey, ambas do PSD, faltas essas justificadas. Sem justificação: Ana Lúcia Nunes de Sousa, do PS =====

===== O Senhor Presidente da Mesa verificou a identidade e legitimidade dos seguintes Membros: Dr. Pedro Luis Paiva Dias, que marcou presença nesta Assembleia para substituir o seu colega de Partido Carlos Manuel Afonso Bastos Oliveira, em virtude do mesmo ter solicitado a sua substituição. =====

===== O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal deu início à Sessão declarando: =====

===== Boa tarde. Agradeço desde já a presença de todos e para não ficar tarde, estava marcado para as 17,30 horas e são 18,00 horas são os trinta minutos habituais de tolerância. Íamos começar, até para não sujeitar as pessoas que têm de tomar posse a ficar aqui até ao fim da sessão, tomam posse e se quiserem ficar é com agrado que podem assistir a esta sessão de Assembleia Municipal, se não quiserem e se tiverem compromissos e outras coisas a fazer já ficam arrumadas desta situação. Eu ia passar a palavra ao Secretário da Mesa para ler o auto de posse e ir chamando individualmente cada uma das pessoas para tomar posse. Vou só informar que a primeira reunião deste Conselho Municipal de Segurança, será no dia 14/03/2011, às 18,00 horas, muito obrigado. =====

===== O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor **António Luís da Fonseca e Grifo** – Segundo Secretário =====

===== Boa tarde a todos. Conselho Municipal de Segurança Município de Oliveira de Azeméis, termo de posse “Aos quatro do mês de Fevereiro do ano dois mil e onze, pelas dezoito horas, na Sala Polivalente da Biblioteca Municipal Ferreira de Castro, perante a Assembleia Municipal de Oliveira de Azeméis, compareceram, para tomar posse, os membros do Conselho Municipal de Segurança de Oliveira de Azeméis, criado nos termos do estabelecido na Lei numero trinta e três de noventa e oito, de dezoito de Julho, composto, pelos elementos que integram conforme a seguir e indicam; Presidente da Assembleia Municipal de Oliveira de Azeméis, Dr. Jorge Manuel Freitas de Oliveira e Silva; Presidente da Câmara Municipal de Oliveira de Azeméis, Dr. Hermínio José Sobral Loureiro Gonçalves; Presidentes de Juntas designados pela Assembleia Municipal na sessão ordinária de 25/06/2010, Presidente da Junta de Freguesia de Oliveira de Azeméis, Ramiro Pereira Alves Rosa; Presidente da Junta de Freguesia da Vila de Cucujães, António Jesus Silva; Presidente da Junta de Freguesia de S. Roque, Bernardo Amaro Moreira Simões; representante do Ministério Público, Procuradora

Adjunta, Edite Pinho; Comandante do destacamento da Guarda Nacional Republicana de Oliveira de Azeméis, Tenente Luis Carlos Gomes Caetano; Comandante do corpo dos Bombeiros Voluntários de Oliveira de Azeméis, Dr. Paulo Jorge Tavares Vitória da Silva; Presidente da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Fajões, Dr. Carlos Lopes de Almeida; responsável pelos serviços de Protecção Civil, Eng.ª Ana Clara Silva Marques; responsável pelos organismos Assistência Social com delegação na área do Município, representante da Santa Casa de Misericórdia de Oliveira de Azeméis, Prof. Eduardo Oliveira Costa; representante da Misericórdia da Vila de Cucujães, Elsa Margarida Gomes Ferreira de Resende; Centro de Apoio Familiar Pinto de Carvalho, António Joaquim Resende de Oliveira; representante da Associação Patronal e Sindical sediada na área do Município, Presidente da Associação Empresarial do Concelho de Oliveira de Azeméis, Comendador António da Silva Rodrigues; Vice – Presidente da Associação Comercial dos Concelhos de Oliveira de Azeméis e Vale de Cambra, Manuel de Oliveira Tavares; representante do Sindicato dos Trabalhadores Rodoviários do Distrito de Aveiro, Américo da Silva Almeida; Presidente da Direcção do Sindicato dos Profissionais de Lacticínios, José Luis Alves Portela; Presidente do Conselho Executivo da Escola Secundária Ferreira de Castro, Prof. Victor Manuel Silva Amorim; Presidente do Conselho Executivo da Escola Secundária Soares de Basto, Prof.ª Maria José Ribeiro de Barros Cálice; representante da Escola Básica 2/3 Bento Carqueja, Prof. José Maria Godinho de Sousa; representante da Escola Básica 2/3 Dr. Ferreira da Silva de Cucujães, Prof. José António dos Santos Martins; representante da Escola Básica 2/3 de Fajões, Prof. António Miranda; representante da Escola Básica 2/3 José Pereira Tavares do Pinheiro da Bemposta, Prof. Isabel Maria Esteves Lourenço; representante da Escola Básica 2/3 Comendador Ângelo Azevedo em S. Roque, Prof. António de Almeida Figueiredo; representante da Escola Básica 2/3 D. Frei Caetano Brandão de Loureiro, Dr. Sérgio Artur Silva Pinho; Presidente do Executivo da Escola Básica 2/3 de Carregosa, Profª Ana Paula de Moreira e Silva Pinho; representante da Escola Superior de Enfermagem da Cruz Vermelha Portuguesa de Oliveira de Azeméis, Profª Maria Manuel Henriques Pereira Ferreira; representante da Escola Superior Aveiro Norte da Universidade de Aveiro, Mestre Paulo Agostinho Silva Lima; está assim dado posse ao Conselho Municipal de Segurança.” Os elementos que não assinaram, depois assinarão mais tarde, e para constar e devidos efeitos se lavrou o presente termo de posse, que eu António Luis da Fonseca e Grifo - Segundo Secretário da Assembleia, redigi e subscrevo. A todos um bom trabalho. =====

===== Seguidamente, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia, usou da palavra. ==

*===== Muito boa tarde, antes de iniciarmos período de “Antes da Ordem do Dia”, tenho aqui e por sugestão da Câmara Municipal mais um ponto que, será o **Ponto Treze** – Protocolo de Colaboração a celebrar com o CentroDial – Centro de Hemodiálise, SA – Autorização.*

Como sabem é preciso haver dois terços da Assembleia a aprovarem favoravelmente este ponto para ele ser agendado. =====

===== O Senhor Presidente colocou à votação a admissão do agendamento por 2/3 dos do ponto treze na Ordem de trabalhos, tendo sido deliberado por unanimidade o seu agendamento. =====

===== Deste modo, ficou a constar da Ordem de Trabalhos: =====

*===== **Ponto treze:** Protocolo de Colaboração a celebrar com o CentroDial – Centro de Hemodiálise, SA – Autorização. =====*

===== O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia deu início à Sessão =====

*===== **PERÍODO DE “ANTES DA ORDEM DO DIA” (ART.º 19º DO REGIMENTO) =====***

===== No uso da palavra, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia concedeu a palavra ao Senhor José Santos, Presidente da Junta de Freguesia de Fajões. =====

===== Senhor Presidente da Assembleia Municipal e respectiva Mesa. Senhor Presidente da Câmara Municipal e Senhores Vereadores, Senhores Deputados, muito boa noite. A minha vinda a este palco é para mim, em primeiro lugar, me congratular pela visita de Ex. mo Senhor Presidente da Câmara Municipal, Dr. Hermínio Loureiro, a Fajões, a fim de assinalar, desde já, a sua preocupação com a próxima época de fogos florestais, formalizando, ali mesmo, a cedência de um carro, pertença da Câmara Municipal, o qual, devido a reestruturações internas, estava inactivo e que poderá, agora, ser adaptado para se tornar em mais um veículo importante no combate aos incêndios. Tudo isto enquanto os nossos Bombeiros se vão desdobrando na tentativa de angariação de fundos para a compra de uma viatura em substituição da que perderam no ano passado e que tanta falta vai fazendo aos soldados da paz, os quais vão organizando eventos para esse fim. No passado domingo realizou-se, com enorme sucesso, uma prova BTT, organizada pelos nossos voluntários e na qual participaram cerca de 330 atletas. Esta tentativa de angariação de fundos demonstra o grande amor pelos outros, fazendo jus ao lema “Podemos não voltar, mas vamos...”, por isso, ao longo do ano, vão realizando eventos que falando pouco, dizem muito sobre o que de bom se poderá fazer, apesar das dificuldades. Entretanto, também a Banda Musical de S. Martinho de Fajões vai dando música e boa música, com o seu 1º festival “MUSICALIDADES”. É com orgulho que Fajões é palco deste festival, o qual tem trazido à região artistas de relevo nacional e internacional, enchendo o auditório dos Bombeiros Voluntários com um público que sai maravilhado após os espectáculos. A Banda e a Comissão Organizadora estão de parabéns por este evento que muito

promoverá a região e os novos valores musicais. Lamentavelmente, em Fajões, enquanto alguns vão trabalhando e tocando harmoniosamente, há ainda alguns (poucos) que vão desafiando. Gostava de finalizar de lembra o Ex. Mo. Senhor Presidente da Câmara Municipal que, Fajões aguarda, ansiosamente, a chegada da ETAR no lugar da Cova do Lobo, para dar resolução aos esgotos que correm a céu aberto. =====

===== Seguidamente, o Senhor Presidente da Mesa concedeu a palavra ao Senhor Armindo Nunes, Presidente da Junta de Freguesia do Pinheiro da Bemposta. =====

===== Senhor Presidente da Assembleia, Senhores Secretários, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Caros Colegas, Oliveirenses. Apenas dois pequenos casos da minha vivencia de Presidente de Junta de Freguesia. Um refere-se à REFER, eu trago este assunto à Assembleia por dois motivos. O primeiro tem a ver com acontecimentos recentes relacionados com o encerramento de uma passagem de nível, na rua D. Simão de Sá Pereira, no lugar do Curval, que trouxeram de novo à discussão o Protocolo celebrado entre a Câmara Municipal (a anterior) e a REFER, para o encerramento e reclassificação de passagens de nível, em nome de segurança e de pessoas e bens, motivo a que todos reconhecemos da maior importância. O segundo vem a propósito de uma notícia recente do JN que diz em título “Mais passageiros na linha do Vouga – Águeda – Novos horários originaram aumento de 13%”. Aí se diz “Há mais gente a andar de comboio na Linha do Vouga, entre Aveiro e Sernada-do-Vouga, desde que em Setembro passado foram alterados, uma aposta da CP e da Câmara de Águeda para ir ao encontro das necessidades de estudantes e trabalhadores”. E mais adiante, diz que: “As ligações diárias passaram de três para onze entre Águeda e Sernada do Vouga”. Quanto aos encerramentos e reclassificações que estão a ser feitas, parece que as soluções técnicas encontradas, acordadas entre a Câmara e a REFER, pelo menos naqueles casos que tive necessidade de analisar com mais profundidade, não acautelaram os interesses das populações. Desde construir uma via alternativa com pavimento de terra batida, para substituir uma rua pavimentada a tapete, até apresentar como percurso alternativo ao encerramento de uma outra Passagem de Nível um emaranhado de ruas que mesmo um leigo percebe que não é viável por não ter largura suficiente para o trânsito habitual daquela zona (por alguma razão a REFER tentou fazer o encerramento à socapa, pela calada da noite) ou ainda o caso da referida passagem do Curval, em que se queria dar como facto consumado uma alternativa que, sendo único acesso, não permitia sequer a circulação de camiões para aquele lugar da freguesia. A determinação da população e o empenho da Câmara Municipal e da Junta de Freguesia, mais a boa vontade dos proprietários, permitiu que neste caso se encontrasse uma solução aceitável, que evitou mais perturbações populares. Mas voltando ao princípio, o que me traz aqui é saber o futuro: A linha não tem, nos moldes actuais benefícios para a população do Pinheiro da Bemposta que justifiquem a sua manutenção, quanto mais os investimentos. Desde logo porque não tem frequência nem horários compatíveis com as necessidades de deslocação para os

empregos ou para as escolas, ou ainda para tratar de quaisquer outros assuntos na Sede do Concelho. Presentemente temos duas circulações no sentido Sul – Norte, às 6h48m e 15h31m e outras duas em sentido contrário, às 10h57m e 17h21m, que não têm passageiros, andam desertas. Tal como no troço que foi objecto da notícia do JN, era importante tornar o comboio útil, com horários que atraíam os passageiros. Sei que o Senhor Presidente não foi responsável por este Protocolo e que muito se tem esforçado para o melhorar. Tem de estar de pé atrás com aquela gente, que não respeita ninguém. A minha pergunta é para a outra vertente, a da utilidade deste importante meio de transporte para as populações. Está o Senhor Presidente ao corrente da estratégia da CP para esta linha? Vai ser aumentado o número de circulações, de modo a oferecer às populações uma alternativa de transporte fácil e económica? Há algum projecto para atrair passageiros? Era a pergunta que colocava ao Senhor Presidente da Câmara. O Outro assunto menos importante mas que acho útil trazer aqui, é a abertura de valas pela Lusitaniagás. Na segunda quinzena de Dezembro passado, fizemos com a ajuda da Câmara uma reparação no piso da rua D. Manuel I (a estrada da Bemposta). Foi uma reparação grande, que envolveu equipamentos e pessoal da Câmara e da Junta de Freguesia e onde se gastou muito dinheiro em alcatrão e outros materiais. No início de Janeiro, portanto 15 dias depois, recebeu a Junta, da Câmara Municipal, a informação de que autorizara a Lusitaniagás a proceder à execução do ramal que esta empresa tinha pedido em 26/10/2010, para execução deste ramal, vai ser preciso abrir a vala numa boa parte da referida rua agora reparada. Nada tenho contra esta ampliação da rede de distribuição de gás natural. Pelo contrario, é um benefício para a freguesia e quem me dera que a cobertura fosse total. Mas como todos sabemos, é comum ouvir-se a crítica de que os serviços não são articulados, que quando se trata de mexer nas ruas para colocação de infra-estruturas, sejam elas de telecomunicações, de águas e saneamento ou quaisquer outras. Não seria possível, neste caso concreto da Lusitaniagás, exigir-lhes um planeamento pelo menos anual, para se acautelarem situações como a que refiro? Bem sabemos que estes concessionários são empresas com muito poder, que se movem bem nos corredores certos. Mas as Autarquias têm a força da razão para defender os seus interesses e os interesses dos seus Municípios. =====

===== Seguidamente, o Senhor Presidente da Mesa concedeu a palavra ao Senhor Rodrigo Silva, Presidente da Junta de Freguesia de Cesar. =====

===== Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhores Secretários, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Caros Colegas, meus Senhores, minhas Senhoras, Comunicação Social. No dia 16 de Janeiro último, no âmbito do Circuito Concelhio de Atletismo, realizou-se em Cesar a 12ª prova da modalidade, que englobou o Campeonato Nacional de Estrada. Prova esta organizada pela Villa Cesari, com o apoio da Junta de Freguesia de Cesar, Câmara Municipal de Oliveira de Azeméis e GEDAZ. O evento contou com a presença de 986 atletas inscritos nas várias provas, desde as Escolas de Formação aos

Veteranos. Esta foi a primeira vez que o Campeonato de Estrada se disputou no Distrito de Aveiro, tendo Cesar a honra de o receber, contou com as melhores equipas e atletas individuais a nível nacional. Inscritos 680 atletas na prova principal, nos escalões sénior e veteranos, femininos e masculinos, que percorreram em prova as ruas de Cesar, perante a assistência e o aplauso de mais de duas mil pessoas. È de salientar também a capacidade que a Villa Cesari teve, em organizar, com tão curto espaço de tempo, um Campeonato Nacional com nível apresentado. A prova foi considerada pelas entidades intervenientes (Associação de Atletismo de Aveiro e Federação Portuguesa de Atletismo), um verdadeiro exemplo, tendo sido referida como sendo a melhor organizada dos últimos anos, o que muito nos orgulha. Estamos convencidos de que esta foi também uma forma de divulgarmos a Vila Cesar e o Concelho a que pertencemos. No entanto não posso deixar de referir que só é possível organizar provas com esta envergadura e este resultado, com parcerias como as que tivemos e esperamos continuar a contar. Quero agradecer à Câmara Municipal de Oliveira de Azeméis e á GEDAZ, a enorme colaboração prestada na realização desta Grande Prova de Atletismo na Vila de Cesar. A todos quantos participaram no sucesso deste grande evento, o meu muito obrigado. =====

===== Seguidamente, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Amaro Simões, Presidente da Junta de Freguesia de S. Roque. =====

===== Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhores Secretários, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Caros Colegas, Público, Imprensa. Queria apresentar dois pontos: um se calhar mais geral e o outro mais local. O mais geral refiro-me ao que me parece os índices de conflitualidade, que nos aparece no relatório de preparação para a Assembleia Municipal. Acho que é muita conflitualidade, entre Dezembro de 2010 e Janeiro de 2011 um mês pouco mais, processos de contra ordenação 126; processos de execução fiscal 2361. Isto vale o que vale, não sei se isto é muito? Se é pouco? Ou se é relativamente muito? Relativamente pouco? Mas parece-me muita conflitualidade, sobretudo se tivermos em conta que muitos destes processos são pedidos de indemnização por acidentes de viação. Sei que aqui se calhar por oportunismo dos autores e das seguradoras, se calhar por negligência dos serviços, falta de profissionalismo dos técnicos ou por ausência de zelo dos Autarcas, porque às vezes também depende de nós denunciarmos onde estão os perigos e acho que nós às vezes se calhar podemos não ter a diligência toda, de qualquer forma estes procedimentos acho que merecem reflexão, porque muitos destes acidentes, acho que podem ser evitados, com um bocado mais de bom senso e de cuidados da nossa parte. Outros dos processos que aparecem, acho que preocupa a Câmara e se calhar mais do que mim e acho que deve preocupar, são os processos de contra ordenação por descargas de águas residuos e eu fui vendo, fui vendo, até nunca me fui preocupando muito e agora aparece um, em Samil, último processo, em Samil. Foi o tal caso que eu frisei na última Assembleia. A equipa que foi fazer as averiguações, não me disse a mim, deu a entender lá aos funcionários, que nem era presidente da junta nem era nada.

Isso era já era um problema que existia há tantos anos, que necessariamente que era uma negligência da Junta de Freguesia. Quando me disseram, senti-me um bocado mal. De qualquer forma quando me propõem. Aceitei ser testemunha neste processo, porque quero crer, quero mesmo muito crer, que quando este assunto eventualmente chegar a tribunal, já deve estar resolvido de certeza porque eu sei que a Câmara está empenhada em resolver esta situação. Outro assunto mais local tem a ver com a morte na estrada do Cercal, eu não sei se repararam, mas a imprensa deu bastante ênfase a este acidente, porque vem logo com a ideia de que a culpa foi de falta de iluminação na via, acho que não é uma conclusão rigorosa, mas de qualquer forma acho que devo chamara à atenção porque tendo em conta que: Já há tempos, isto já não é a primeira morte, há tempos houve uma outra vítima colhida, naquelas caminhadas que as pessoas fazem a pé, houve outro acidente mortal e se tivermos em conta que circulam muitos alunos no acesso à Escola Ferreira de Castro, quem está a descer a via do itinerário principal de acesso ao Pólo da Universidade Aveiro/Norte. Eu também sei que o Presidente está preocupado com isto, mas acho que é de fazer alguma pressão no sentido de esta iluminação ser posta no local. Sei as preocupações da Câmara nesse sentido. Outra coisa que eu queria apresentar, dei a entender na última Assembleia, a minha mágoa por não ver obras, mas agora queria manifestar o meu júbilo, não ainda totalmente, mas começo a sentir que há obra e começa a haver obra, mas na próxima Assembleia Municipal, espero dar notícias mais concretas e mais precisas, sobre aquilo que se está a fazer. Acho que quando tenho que manifestar mágoa, manifesto, quando tenho que manifestar regozijo, manifesto e é assim a minha forma de estar. Muito obrigado. =====

===== Seguidamente, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor José Campos, do PSD =====

===== Muito boa tarde a todos. A 23 de Janeiro decorreu o acto eleitoral para a eleição do Presidente da República. Sobre este tema, importa antes de mais realçar a participação dos Oliveirenses. O acto eleitoral decorreu com total normalidade nas 19 freguesias do nosso concelho. É importante salientar que comparativamente com o território nacional, e mesmo comparando com a média do distrito de Aveiro, a taxa de abstenção no nosso concelho foi significativamente menor, situando-se na casa dos 48%. No entanto, e mesmo reconhecendo a participação dos Oliveirenses em maior numero nestas eleições do que no resto do país, não deixa de ser motivo para uma profunda reflexão de todos o crescente desencanto que os Portugueses vão tendo pela vida politica e que se vai traduzindo num aumento da taxa de abstenção. Todos nós devemos reflectir sobre a questão. Não sou daqueles que demagogicamente acha que a culpa desta situação é dos agentes políticos. Obviamente, estes têm a sua quota-parte de responsabilidade, mas toda a sociedade civil deve reflectir sobre esta questão. A democracia é um direito fundamental e tem a sua expressão maior no voto. Os Portugueses não devem deixar nas mãos dos outros o que lhes também compete decidir. Quanto

aos resultados das eleições, a bancada do PSD congratula-se com a reeleição do Prof. Cavaco Silva, e queremos aqui realçar os excelentes resultados obtidos por este candidato no nosso concelho. Em Oliveira de Azeméis mais de 61% dos votantes confiou o seu voto ao Prof. Cavaco Silva. Fazemos votos para que o agora reeleito presidente possa contribuir com a sua intervenção e experiência para o desenvolvimento social e económico do país. =====

===== Seguidamente, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Dr. Manuel José Soares, do PS =====

===== Boa tarde. Senhor Presidente da Mesa da Assembleia, Senhores Secretários, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Caros Colegas, Público, Comunicação Social. Na ordem do dia continua a questão do reordenamento dos agrupamentos escolares, há meses atrás, fomos informados pelo Senhor Presidente da Câmara, de que em reunião com a Direcção Regional do Norte essa questão seria adiada para Abril/Maio deste ano, importa, agora, saber qual o ponto da situação, sabe a Câmara Municipal que desenho é que está a ser construído? Tem a Câmara Municipal alguma sugestão nesse sentido? Já que, sabendo, que compete à Direcção Regional fazer esse desenho, reordenamento. A Câmara Municipal não pode ficar resignada à espera que as coisas aconteçam. Portanto qual o ponto de situação em relação a este assunto? Muito obrigado. =====

===== Seguidamente, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Ricardo Bastos, do PS =====

===== Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhores Secretários, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Colegas da Assembleia Municipal, Comunicação Social, caros Oliveirenses. Boa tarde a todos. Eu tinha dois assuntos para falar. Um dos assuntos já foi abordado e assim na resposta já podemos englobar isso. Eu tinha dito na última Assembleia que ia fazer o balanço de um ano na Assembleia Metropolitana, de qualquer maneira, entretanto, depois na última intervenção, já foi dizendo como é que aquilo decorria, apenas reiterar que, gostava de convidar todos elementos desta Assembleia a ir a uma futura Assembleia Metropolitana para ver como aquilo funciona, ou como aquilo não funciona, comparar com as nossas Assembleias e verem bem as diferenças que há entre uma coisa e outra. O segundo assunto tem a ver com o seguinte. No passado dia 16 Janeiro realizou-se em Cesar, o campeonato de estrada em atletismo. Tratou-se apenas e só, da maior e mais importante prova de atletismo alguma vez realizada em de Oliveira de Azeméis. Este evento em Oliveira de Azeméis, só foi possível porque à última hora Matosinhos numa atitude de despeito pela modalidade e pelos seus praticantes desistiu da organização. A Federação Portuguesa de Atletismo tratou de arranjar uma solução, nesta mesma zona do país, é aqui que quero enaltecer a capacidade organizativa da Associação Villa Cesari, que em tempo recorde, montou e colocou

a funcionar este grande evento. O esforço desta Associação vem enaltecido em várias revistas e sites da especialidade. A Associação Villa Cesari queria propor nesta Assembleia um voto de louvor pela excelente organização e espectáculo proporcionado ao país naquele fim de manhã. Já tive a oportunidade de a título individual ter manifestado por e-mail, a minha satisfação por ter participado na festa, por ter vivido a emoção de correr com os melhores. Queria agradecer ainda à Câmara Municipal o esforço, que sei que fez, no apoio adicional concedido para que tudo fosse possível acontecer. Tive a oportunidade em plena prova ter cumprimentado e agradecido ao Presidente da Câmara. Queria naturalmente também estender o agradecimento, à respectiva Junta de Freguesia e sobretudo comércio local, que sempre que lá vamos nos brinda com prémios surpresa. Eu disse há bocadinho que saiu nas várias revistas do país, da especialidade, a notícia, queria entregar à Assembleia Municipal um exemplar e outro à Câmara. Só um excerto acho que é importante termos o Prof. Fernando Mota, a dizer que “descentralizar é preciso. Essa é sempre uma preocupação da Federação procuramos descentralizar potenciando o esforço das organizações existentes, e valorizando os respectivos eventos e não substituindo-os. Devido à falha à última hora, de organizar o Nacional em Matosinhos, tentou-se arranjar uma solução e em tempo recorde a prova foi organizada em Cesar, aproveito para expressar o meu reconhecimento à Associação Villa Cesari e ao seu presidente, Pedro Rodrigues, pela forma como conseguiram em tão pouco tempo, enquadrar e acolher a prova, alterando inclusivamente a data prevista para a realização.” Temos ainda a treinadora da Selecção Nacional Feminina, a falar de Cesar e da organização. O treinador da equipa vencedora, Conforlimpa, a falar. E temos na peça também que fez a crónica neste jornal a falar, de Cesar e do bom que foi ver as ruas de Cesar cheias naquele dia. Muito obrigado. ==

===== Seguidamente o Sr. Presidente da Assembleia, usou da palavra =====

===== Portanto eu ia propor à Assembleia, aproveitando a intervenção do deputado Ricardo Bastos e a intervenção do Presidente da Junta de Cesar, um voto de louvor à Villa Cesari, por ser a organizadora deste grande evento que marcou e de que maneira o nosso Concelho e o Atletismo e que portanto, teve, com a ajuda da Câmara Municipal como já foi dito, uma grande ênfase na imprensa desportiva nacional. =====

===== Posto isto, o Senhor Presidente da Assembleia colocou o voto de louvor à votação, tendo sido deliberado por unanimidade aprova-lo =====

===== Aproveito já agora. O PSD vem por este meio propor um voto de louvor ao Núcleo de Atletismo de Cucujães, pelo feito alcançado. A secção dos Veteranos além dos dezassete títulos individuais, também conquistaram o título de campeão distrital para a instituição o NAC. =====

===== *Posto isto, o Senhor Presidente da Assembleia colocou o voto de louvor à votação, tendo sido deliberado por unanimidade aprova-lo* =====

===== *Seguidamente, o Senhor Presidente da Mesa concedeu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos.* =====

===== *Muito obrigado, Senhor Presidente. Dar nota e em primeiro lugar, antes de dar os esclarecimentos que foram solicitados. Dar nota que também, entretanto, através de um despacho do Senhor Presidente da Assembleia Municipal, nós recebemos uma preocupação e uma sugestão da Coordenadora, Isilda Correia e da Associação de Pais, da Escola de Fonte Joana, que pertence ao Agrupamento de Escolas Bento Carqueja e que tem a ver com, atendendo à nova via que se criou junto às piscinas municipais e ao pavilhão municipal, hoje, aquela zona envolvente, ao complexo do Ténis de Azeméis, é uma zona com mais movimento, com mais tráfego rodoviário e portanto, as Senhoras Professoras e a Comunidade Escolar, a Associação de Pais, solicita-nos alguma atenção do ponto de vista da colocação de sinalética e eu queria aqui dar nota que, já estamos a trabalhar nisso, já falei também com a Liga dos Combatentes que por sinal organiza também o seu aniversário no próximo fim-de-semana, porque possivelmente podemos avançar com um arranjo de toda aquela zona para tornar mais segura a circulação de pessoas e viaturas e não prejudicando também a imponência do monumento que lá está aos combatentes, portanto queria dar nota ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal que, foram informados os serviços e foi aos serviços solicitado informação sobre essa matéria. Relativamente às intervenções dos Senhores Membros da Assembleia Municipal. A primeira foi do senhor José Santos. Relativamente à questão da ETAR que o senhor José Santos falou, eu queria aqui dar nota que, ela consta do nosso plano, do nosso plano de investimentos e portanto, já demos início a esse procedimento administrativo, a partir do momento que aprovamos o Orçamento na última Assembleia Municipal e portanto, já foram dados esses passos administrativos para concretizar essa aspiração, aliás havia inclusive uma vontade enorme da Junta de Freguesia em que essa aspiração fosse ainda concretizada durante o ano de 2010, ela não foi possível, por insuficiências, por dificuldades de programação financeira, mas neste momento posso lhe dizer que esse mecanismo foi despoletado, portanto vamos agora aguardar há a tramitação da ordem, que o próprio código e legislação nos obriga, mas o procedimento já está aberto para se poder concretizar e resolver esse problema que nós conhecemos e que o Senhor Presidente da junta já diversas vezes nos alertou, levando-nos ao local, escrevendo-nos, cartas, e-mails. Portanto, vamos seguramente durante o ano, o mais rápido possível, aquilo que nós esperamos, concretizar esse mesmo objectivo. Relativamente às questões, muitas, colocadas pelo Senhor Presidente da Junta de Freguesia do Pinheiro da Bemposta, o senhor Armindo Nunes, dizer-lhe que é verdade, nós temos sido confrontados com algumas questões, na sequência de um protocolo assinado entre a REFER e a Câmara Municipal, Executivo anterior e eu acrescento e Assembleia Municipal, portanto todos nós*

temos responsabilidades, porque estávamos cá e se calhar um pouco distraídos, fomos aprovando esse protocolo, as explicações também que eram dadas é, as coisas estão todas asseguradas, foi toda a gente ouvida, o que é certo é que. E eu aqui digo sem qualquer, sem nenhum problema. O que é certo é que sempre que há anúncio, de entrada da REFER onde quer que seja, nós somos imediatamente contactados a dizer ai... ai... ai..., venham cá porque isto está a correr mal. Nós já reunimos com a REFER. Não é uma instituição fácil, como o senhor Armindo, aqui admitiu, reunimos com a REFER e a REFER aquilo que nos vai dizendo e quando em situação de limite, faz-nos sempre uma coisa, que me deixa irritado. Que é, quando começam a não ter outros argumentos, dizem: - mas nós temos um protocolo assinado. E portanto está assinado. Então para que é que estamos aqui a falar? Se a resposta é essa. Não vale a pena estarmos a marcar reuniões, não vale a pena estarmos a ir para Lisboa e já fomos algumas vezes e eles também já cá vieram. Não é uma relação fácil, mas não é um exclusivo do Município de Oliveira de Azeméis, é de todos, esta relação com estas empresas e muito em particular com a REFER. Têm sido sensíveis a algumas questões, nos temos sido exigentes nos restabelecimentos que eles se comprometem a fazer, que muitas vezes está escrito, “é em alcatrão” e eles deixam em “tout-venant” e nos estamos a apertar com essa fiscalização e temos também forçado, neste caso a CP, não a REFER, que é quem explora a linha, para a questão dos comboios. E temos também, já o anunciamos a nossa firme vontade de cumprir um protocolo que existe para a criação de “Os Comboios Freqüentes”, os comboios freqüentes que eram tudo aquilo que o senhor Armindo estava a dizer, melhorar os horários, melhorar a segurança, aumentar a rapidez e adequar os horários às novas realidades, ou seja às entradas das fabricas, à hora das escolas, porque, eu outro dia fiz a linha toda, não fiz toda, entrei em Faria e saí no Pinheiro da Bemposta, comigo, durante esse trajecto entraram três passageiros e portanto obviamente que a linha não é rentável, do ponto de vista financeiro, económico-financeiro. Mas isto serviu também para alertar a própria CP, que ou ela adequa a linha aos horários das pessoas, daqueles que necessitam do transporte, ou então a situação tende a piorar. Há uma questão ainda em cima da mesa, que tem a ver com, a extensão da linha Oliveira de Azeméis para Sul, diz respeito claramente á sua freguesia e a freguesia de Ul e Travanca, porque, também há um estudo que aponta para que a linha possa ser interrompida em Oliveira de Azeméis. Mas é tudo ainda em fase muito embrionária, não há nenhuma decisão. Nós já os sensibilizamos, escrevemos-lhes, falamos-lhes e a bola agora ficou do lado da CP. Eles tinham uma preocupação. E já agora deixem-me dar-lhes esta informação. Eles tinham uma preocupação, relativamente à iluminação de pontos complicados, nomeadamente PN sem guarda, porque esta linha, por pouca utilização que tem, era uma das linhas de maior sinistralidade a nível nacional. E portanto não houve grandes acidentes, mortais, mas, em termos de incidências, como eles dizem, aliás eles tinham sido chamados à atenção pelas estruturas comunitárias para a necessidade de intervir na linha, encerrando algumas passagens para diminuir também a sinistralidade e portanto, nós estamos a trabalhar, obviamente que vamos, em cada caso vamos, tendo o apoio no terreno dos Presidentes de Junta, têm sido

incansáveis e muitas vezes têm sido eles até a propor soluções, ainda agora, no Pinheiro da Bemposta, o senhor Armindo encontrou uma solução para negociar-mos um muro e uma laranjeira, (não sei se a laranjeira cai, se não cai mas, um bocadinho de muro e uma laranjeira) mas também tivemos ainda à pouco tempo em Macinhata da Seixa uma situação também complicada, tivemos que dar um jeito a uma ponte, para permitir a entrada de viaturas que apoiam a agricultura, caso contrario era impossível, eles não tinham outro sitio por onde entrar tractores e os seus reboques. Uma outra questão que o senhor Armindo colocou e que é importante, tem a ver com. O senhor Armindo deu o exemplo da Lusitaniagás, mas nós podíamos ir pela Cabovisão, Tvcabo, ou outros operadores nessas áreas e portanto o que acontece aqui, é que eles estão de alguma forma protegidos pela lei. A lei protege-os. Nós quando vamos fazer alguma intervenção temos sempre o cuidado de alertar os operadores, os operadores frequentes, para dizer vamos intervir agora, se quiserem durante este tempo, faz o favor de fazer a intervenção e afinarem essa intervenção com os serviços técnicos, mas muitas vezes eles. Qual é o argumento deles? O argumento deles é. Nós estamos aqui a servir a população, a população é que nos pede. Por outra programação não temos tempo e é sempre um argumento complicado depois de gerir. O que nós estamos procurar agora implementar e isso causa alguma polémica, porque eles são muito resistentes, e têm advogados muito poderosíssimos a defende-los, é na reposição. Ou seja a reposição e tem que haver uma fiscalização muito activa na reposição, porque eles normalmente se repararem a reposição deles é sempre mais baixa do que aquilo que eles encontraram no terreno, isso depois vai-se afundando, vai-se afundando, até que depois tem que ser a Câmara Municipal ou a Junta de Freguesia a resolver. Por isso mesmo eu agradeço ter colocado a questão, é um problema que temos todos que resolver, mas que neste caso concreto, a legislação protege os operadores e permita-me já agora, falar numa outra situação que é, que me deixa neste momento muito preocupado e angustiado, que tem a ver com as obras da A32, as obras da A32 estão a andar a uma velocidade estonteante, porque a A32 tem que estar pronta em Setembro/Outubro, tem que começar a passar carros e a pagar portagens, portanto, ela está a andar dia e noite em termos de funcionamento e provoca cortes para se fazerem as pontes, os viadutos, provoca cortes de estradas principais e esses cortes de estradas principais, obriga a criação de desvios. A freguesia de Pindelo é aquela há mais tempo tem tido mais problemas, o Senhor Presidente da Junta tem tido uma paciência enorme e tem procurado junto do operado “Zagope” que eles vão resolvendo o problema, mas os problemas começam a ser muitos e eles estão preocupados em fazer a auto-estrada e, a Câmara Municipal e a Junta de Freguesia que se desenrasquem e que resolvam os problemas. E isto não pode ser assim. Porque os estragos que são feitos na nossa rede viária, são provocados por obras em estradas nacionais, todos queremos as auto-estradas, é verdade, mas também queremos que essas empresas colaborem connosco na reposição dos pavimentos, porque senão um dia destes, eu estou a ver agora, cortarem, por exemplo, a estrada nacional nº 327 e fazerem todo o trânsito por aquela estrada que vai da Polisport até à Greendays, até Cesar, portanto, aquela estrada é uma estrada que está em condições mas, se

começar a ter tráfego pesado, dia e noite, num mês fica destruída. Depois quem é que vai ter de a arranjar? Somos nós? Nós temos de a arranjar, porque as pessoas têm que lá passar, mas alguém tem que nos ajudar a arranjar. Portanto, nós não temos tido uma relação fácil com a Zagope, porque é aquelas empresas poderosíssimas, também, acha que podem fazer tudo o que lhes vem à cabeça. E eu aqui pedia, mais uma vez, a paciência dos nossos Municípios porque andam estradas e vêm-nas a ser destruídas, muito em particular os Presidentes de Junta, porque são quem dá a cara em primeiro plano. A questão do Senhor Amaro Simões. Relativamente aos índices de conflitualidade, pois, por nós não havia conflitualidade nenhuma, nós não procuramos a conflitualidade, é preciso que se note também o seguinte, se há aumento da conflitualidade, é porque há também aumento da fiscalização e isso também é bom sinal, porque às vezes diz-se que, a fiscalização não vê nada, esta sempre de olhos fechados, não anda em lado nenhum. Portanto há aqui uma relação directa, aumenta a fiscalização, vão aumentar seguramente os processos e portanto, esses, da fiscalização municipal, são feitos pela Câmara Municipal, mas há depois um conjunto de outros processos que a Câmara Municipal recebe já a participação por parte das autoridades, nomeadamente da GNR e da Brigada do Ambiente e a esses também não podemos fazer nada temos que lhes dar seguimento e também é verdade, é bom dizer-lo, em abono da verdade que a EPNA a Brigada do Ambiente está cada vez mais activa, eu acho bem, é sinal que fiscaliza, que anda no terreno, eu espero é que tenha critérios harmoniosos e que não seja selectiva, naquelas que são as suas intervenções, mas tem aumentado substancialmente também, as participações da Brigada do Ambiente. Mas a tendência. Acho eu, posso me enganar, mas a estatística depois dirá e o Senhor depois cá estará para me cobrar essas coisas. Na minha perspectiva, o investimento que estamos a fazer na rede viária do concelho, a tendência dos acidentes de viação, é para diminuir. Por um lado temos menos buracos. Portanto, vai haver menos quebras de suspensão, pode haver é outros acidentes porque o piso fica muito bom as pessoas andam mais depressa, mas isso depois já não é responsabilidade nossa, aí já é responsabilidade da GNR. Quanto à questão que o Senhor deputado, José Campos, colocou, do acto eleitoral das presidências. É só para referir que o acto eleitoral decorreu com toda a normalidade, portanto, como não podia deixar de ser, com um elevado civismo, tendo em conta também os padrões cívicos do Município de Oliveira de Azeméis. O senhor Prof. José Manuel Soares. O Senhor deputado, Manuel José Soares, falou na questão das Escolas e dos Mega Agrupamentos e dos Agrupamentos, como sabe foi um compromisso que assumimos o ano passado, junto da Direcção Regional de Educação do Norte (DREN). O Senhor Vereador, Isidro Figueiredo, por razões de saúde teve que se ausentar, mas esteve reunido recentemente na Direcção Regional. Nós tivemos, na última reunião de Câmara, também abordamos também esse assunto. Eu próprio visitei, no dia 2 passado, a escola de Carregosa, o Agrupamento de Escolas de Carregosa e o Agrupamento de Escolas de Fajões, no dia 11 vamos visitar o Agrupamento de Escolas S. Roque e o Agrupamento da Soares de Basto e temos estado a conversar com os professores, com os responsáveis, com os directores das escolas e vamos obviamente e contactamos a DREN também nesse sentido e dizer-lhe que há

legislação que ainda esta semana saiu. Portanto, nós temos que ter. Vamos ter que discutir isso, aliás, eu assumi esse compromisso, na Reunião de Câmara, de partilhar as preocupações e as soluções, com todo o Executivo, a legislação esta obviamente a chegar, espero que já tenha terminado, pelo menos foi essa a indicação que agora já não há mais legislação. E aquilo que queremos, que vamos querer impedir, é uma reestruturação de régua e esquadro, ou seja, uma reestruturação estatística, junta-se este, aquele, não importa se há alguma proximidade, se há alguma ligação, o que importa é arranjar isto até ao x número, vamos evitar isso. Há muitas soluções em cima da mesa, mas eu acho que aqui com bom senso, da Câmara, da Assembleia Municipal, dos Órgãos Políticos, e também com o bom senso da Direcção Regional, vamos procurar encontrar uma solução que seja boa para o conselho. É evidente que, se houver reestruturação e se houver fusão, vai haver sempre uns mais contentes do que outros e o professor, é professor e sabe perfeitamente que isso é assim. Vamos ter que nos suportar muito bem das decisões que viermos a tomar. Não podem ser decisões políticas. Não podem ser decisões avulsas. Não podem ser decisões aleatórias. Têm que ser decisões muito bem fundamentadas, eu espero também que a Assembleia Municipal nos ajude nessa matéria. Uma última nota senhor Presidente, para as intervenções quer do Senhor Ricardo Bastos e quer do Senhor Rodrigo Silva. Que se prende com a organização de eventos desportivos, mas a organização muito em particular do evento desportivo, e, aquela que foi retorno e a visibilidade que Cesar a Villa Cesari, o Atletismo, Oliveira de Azeméis, teve. Isto pelo seguinte, nós continuamos a apostar, apesar das dificuldades, apesar da crise, continuamos a apostar na organização de eventos desportivos de dimensão relevante. O que é que, é isto? São eventos desportivos, que projectem para além de Oliveira de Azeméis, para além do nosso distrito, também essa projecção seja feita, a projecção da imagem e a valorização do território, eu sei que isso algumas vezes deixa alguns incómodos e eu na última Assembleia Municipal fiquei espantadíssimo com a reacção de algumas bancadas, relativamente a essa matéria, mas, deixem-me dizer-vos que vamos continuar a apostar na projecção da imagem do Concelho e na valorização da imagem do Concelho. É muito importante. Hoje os Concelhos competem uns com os outros. Ontem foi em directo no “Portugal no Coração”, que deu a festa de S. Brás. Fantástico. Excelente. Estamos a falar bem de Oliveira de Azeméis. O evento da Villa Cesari, o Campeonato de Atletismo de Estrada, como disse o senhor Ricardo Bastos, é a prova mais importante que foi realizada na história de Oliveira de Azeméis em termos de Atletismo e portanto, fantástico, para além da divulgação nos órgãos de comunicação escritos, teve duas televisões a fazer a cobertura do evento, falou-se de Cesar, falou-se de Oliveira de Azeméis e nós vamos continuar a fazer esse trabalho. E eu fico imensamente satisfeito por ver também, que as juntas de Freguesia trabalham nisso, dou aqui o exemplo da Junta de Freguesia de Loureiro, da Junta de Freguesia de Oliveira de Azeméis, Junta de Freguesia de S. Roque, que apostam na imagem, projectam a imagem, valorizam o seu espaço territorial e eu julgo que esta é uma questão que a todos nos deve orgulhar e eu sinceramente às vezes fico preocupado com as críticas que fazem por estarmos a apostar na imagem. É bom que apostemos na imagem. É bom

queiramos um Concelho mais competitivo, mais moderno, mais dinâmico e para isso também é preciso a colaboração de todos e neste caso as Juntas de Freguesia têm sido extraordinariamente importantes. Muito obrigado Senhor Presidente. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Hugo Pereira, Presidente da Junta de Freguesia de Ul. =====

===== Senhores Presidentes, Senhores Vereadores, caros Colegas, restantes Pessoas presentes. Muito boa tarde. Quero começar por dizer que visto por este lado a coisa é um bocadinho mais difícil. Quero começar por agradecer a todo o executivo da Câmara Municipal, por ontem, como já foi dito pelo Senhor Presidente, terem aceite, todos, na totalidade o convite da Junta de Freguesia para estarem presentes nos festejos da “Festa de S. Brás”, e também no directo, que foi feito e organizado por nós, do “Parque Temático Molinológico”. Foi com imenso agrado, que vos recebemos, até porque com a vossa presença, tivemos, a certeza absoluta que estão presentes e colaboram com aquilo que junta freguesia poderá a vir necessitar no futuro. Quero também dizer, de que, a vossa confiança, no projecto que nos foi apresentado, deixou-nos muito satisfeitos. E dizer-vos que, a gestão e a dinamização do “Parque Temático Molinológico”, é um projecto para o futuro daquele espaço, que nós deixará, muito, muito orgulhosos. Quero aproveitar também a presença da comunicação social, para deixar aqui o agradecimento, muito directo à RTP, por não ter hesitado em aceitar o nosso convite e disponibilizar a fazer o trabalho que ontem toda a gente teve a oportunidade de ver, na televisão, em directo. Acho que foi um trabalho, que foi bom, para toda a freguesia, mas em especial também para o Concelho, acho que é positivo. Quero também deixar aqui uma nota, especial para as fabricas que nos apoiaram, nomeadamente Saludões, Valente Marques, Moagem de Ul e mesmo Catelas & Teorgas, no apoio que foi dado, “fantástico”, a nível de cereais para podermos ter toda a parte da moagem a funcionar. Também dos moleiros, que são os únicos na freguesia de Ul, que continuam a fazer a produção de farinha, com o fabrico artesanal, disponibilizando também todo o seu conhecimento para nos ajudar a poder apresentar as coisas conforme correram. Quero também deixar aqui uma nota de agradecimento a “APPUL”, porque sem elas não seria possível ver o pão a sair do forno, porque não é só falar-se bem do pão, é preciso estimar e acariciar aquelas padeiras, que são sem dúvida uma peça fundamental para aquele espaço. Também tenho que deixar aqui uma nota especial, para dois colaboradores, que estiveram presentes nas duas ultimas duas semanas, não deixando ficar mal ninguém, que são; Ana Nadais e o senhor Manuel, duas pessoas, que se esforçaram, para que todo o directo, funcionasse em pleno. Agora queria deixar uma nota, aquelas pessoas que, tanto têm especulado, pelos protocolos que foram feitos entre a Câmara Municipal/Junta de Freguesia e até mesmo Junta de Freguesia/APPUL, especulando assim, até por vezes, a própria, colocando até em dúvida a seriedade destes protocolos, sendo coisas muito sérias, acho que é um bocadinho ridículo. Quero dizer, que, a essas pessoas, que no lugar de

especularem, me deixem trabalhar. Isso, porque com a mesma humildade com que eu aceitei este desafio e pelo qual me estou a bater, porque será bom para Ul e será bom para todo o concelho de Oliveira de Azeméis e tenho a certeza que nenhuma das pessoas que aqui está, quererá ver o contrario, não é? Devem querer com toda a certeza um resultado positivo para aquele espaço. Até têm demonstrado isso. Quero dizer que, será com toda a certeza, da minha parte, reconhecido, daqui por um ano, se cá estivermos todos, da mesma forma que eu aceitei, também reconheço que não fui capaz. E é escusado tanto se especule pela situação, a todos gostaria que me deixassem trabalhar. E nessa altura. Sim. Se acharem que não fui capaz de executar aquilo que me propus, os objectivos a que me propõem, podem, nessa altura especular e dizer tudo e mais alguma coisa, porque eu cá estarei para aceitar. Se o contraio também acontecer. Acho que também me devem reconhecer. Muito obrigado. =====

===== Seguidamente o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Miguel Silva, Presidente da Junta de Freguesia de Palmaz. =====

===== Senhor Presidente e restantes Membros da Mesa da Assembleia Municipal, Senhor Presidente e Senhores Vereadores, caros Colegas, Senhores Jornalistas, Minhas Senhoras e Meus Senhores. Foi com grande satisfação que recebi a notícia de que foi adjudicado finalmente a empreitada que vai recuperar parte das margens do Caima na freguesia de Palmaz. Trata-se de um investimento fundamental para a freguesia que está prestes a entrar num novo ciclo de desenvolvimento onde o turismo será, esperamos, uma alavanca essencial. O rio Caima já foi, não, em tempos muito longínquos, um curso de água de onde transbordava vida e alegria. Infelizmente, devido a muitos factores, o nosso rio que já foi um factor de atracção, transformou-se em mais um dos muitos rios poluídos do nosso país. É por isso que, repito, é imensa a minha satisfação com este projecto que agora se vai iniciar e que terá uma relação directa com o novo Hotel Rural em fase de conclusão. Trata-se da requalificação de 16 hectares, entre a antiga fábrica de papel do Caima e o açude do Areíño, que os palmacenses e todos os visitantes poderão usufruir numa relação directa com o rio e a natureza. Palmaz aguarda com muita ansiedade esta nova fase da sua história depois do passado brilhante que teve também naquela área, agora alvo de intervenção. Sabemos quão difíceis são os tempos que atravessamos do ponto de vista financeiro. Mas também sabemos que, nunca como hoje, se justificou tanto a aposta no ambiente onde há um longo caminho a percorrer. Por isso saudamos a coragem, a determinação, e, mais do que tudo, a acção da Câmara Municipal e dos privados que ali investem e que fará com que, dentro de nove meses, a realidade seja substancialmente muito diferente. Esta é uma aposta que nos orgulha não só pela sua componente ambiental mas também social e económica já que estamos convencidos que será mais uma âncora que atrairá mais e novos investimentos. Muito obrigado. =====

===== Seguidamente o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Dr. Miguel Portela, do CDS/PP. =====

===== Boa noite à Mesa, Boa noite aos Jornalistas, aos Colegas. Não vou fazer um grande discurso. Vou falar um bocadinho, também é importante. Queria primeiro começar por me regozijar pela conclusão das obras na rua Bento Landureza, custou mas foi. Estão de parabéns. Estão umas boas obras. Também fiquei muito satisfeito com a adjudicação das obras na margem de Palmaz. E vinha vos trazer aqui uma solicitação que me foi feita na rua, para que a D. Maria Adília Alegria Martins, que foi directora do colégio de Oliveira de Azeméis, foi referência durante décadas, tivesse direito a um lugar na toponímia do nosso Concelho, ficaria aqui a sugestão para que se achassem conveniente. =====

===== O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia usou a palavra para dizer que, a sugestão agora apresentada pelo Dr. Miguel faz parte do programa eleitoral do PSD assim como em relação ao Oliveirense - Júlio Pinto. =====

===== Seguidamente o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, voltou a conceder o uso da palavra ao Dr. Miguel Portela, do CDS/PP. =====

===== Vinha agora falar de outro assunto menos agradável e mais sério. Que é a saúde em Oliveira de Azeméis. A saúde está doente no nosso Concelho. No nosso concelho e no nosso país. Com a epidemia de gripe que nos últimos dois meses atingiu o nosso concelho, vieram ao de cima numerosas dificuldades no sistema nacional de saúde do nosso concelho e mostrou que a população se encontra exposta a muitas dificuldades, se pretender receber atendimento de saúde de qualidade. Vou falar-vos de uma (hipotética) Senhora Maria, que representa facilmente mais uma, umas centenas, senão milhares de utentes, que se vê aprisionada pela falta de resposta do sistema de saúde em Oliveira de Azeméis. Em Dezembro, dirigiu-se ao centro de saúde da sua área pois encontrava-se extremamente preocupada com a sua condição de saúde, encontrou a extensão fechada, pelo que averiguou, que o único médico de família que lá trabalha estaria de férias. Os médicos têm direito a ter férias, eu, também gosto de usufruir das minhas. O sistema é que tem de criar mecanismos para que isso minimize os transtornos às populações. Dirigiu-se ao Centro de Saúde de Oliveira de Azeméis, onde as funcionárias da recepção lhe recusaram a atendimento dizendo que aquele Centro de Saúde, não seria alternativa ao da sua área, pelo que lhe foi indicado outro Centro de Saúde mais distante, que seria na óptica de que deu a informação a alternativa indicada. Preocupada e sem fé nos centros de saúde, dirigiu-se ao Hospital de Oliveira de Azeméis onde se deparou com a situação caótica de mais de seis horas de espera pela frente. O serviço de urgência que deveria ser utilizado para situações de emergência, urgência, ou extrema urgência encontrava-se entupido por situações, como gripe. Será que alguém terá coragem para apontar o dedo a todos aqueles cidadãos que estavam no

serviço que não se adequa à uma consulta de gripe? Eu não. Pois a urgência será o fim da linha quando mais nada resulta nas instituições de saúde próprias para atender os cidadãos. A saúde será o bem mais precioso que os cidadãos têm, pois sem saúde, não trabalhamos, não estamos bem e em casos mais extremos, simplesmente morremos e deixamos de existir. Quantos Oliveirenses das 19 freguesias terão andado ultimamente, de canto para esquina, à desesperar por ajuda à espera de resposta para o seu mal-estar. O que aconteceu a esta suposta Senhora Maria, foi que em desespero pela sua condição procurou uma clínica privada, só do seu bolso pagou mais de uma centena de euros de consulta e exames para perceber da sua maleita e a forma de reconquistar o seu estado de saúde normal. Esta cidadã como todos os que desesperam pelo atendimento nestes últimos meses, pagam e muito nos impostos para terem direito a dignidade, quando necessitam de tratamento médico. É óbvio que este Governo desistiu da Saúde em Portugal, como muitos mais direitos fundamentais da população que é esfolada pelos impostos taxas e contribuições que mensalmente lhe espoliam do seu rendimento. Esta Assembleia Municipal, criou uma Comissão de Saúde, à qual pertenço e pergunto se não teremos mais que fazer pela nossa população, insisto, que senão podemos alterar o curso das coisas, temos pelo menos o dever de junto de quem de direito, exigir que respeitem as populações Oliveirenses. Digo e repito. Os médicos têm direito a ter férias, o sistema é que tem de criar mecanismo para que isso minimize os transtornos às populações, como membro da comissão de saúde, defendo que se esta não for uma mais-valia para a população, que espera de nós a intervenção, para que estas situações sejam residuais e não habituais, em nada nos dignifica. Mais uma vez solicito ao Senhor Presidente da Câmara, Dr. Hermínio Loureiro, que esta comissão reúna, para que possa confrontar quem de direito, pela doença da saúde em Oliveira de Azeméis. Para terminar, queria fazer uma locução, que o nosso colega da Junta de Freguesia de Ul veio cá falar e muito bem. O CDS votou favoravelmente, na altura o protocolo, não estamos contra ceder a passagem do protocolo a ninguém e não perceba qualquer revolta que haja, alguma coisa contra Ul, muito pelo contrário. Achamos que se calhar tivesse sido melhor pensado se tivesse existido uma melhor articulação entre Câmara e a Junta de Freguesia teríamos aprovado já uma solução final. Eu com elemento aqui do CDS, senti que se podia ter trabalhado isso de outra maneira e ter tomado a opção definitiva e não uma posição transitória. Contra o Parque de Ul? Não! Temos tudo a favor de Ul. Muito Obrigado. =====

===== Seguidamente o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Eng.º Filipe Carvalho, do PSD. =====

===== O Senhor Eng.º Filipe Carvalho, do PSD, prescindiu do uso da palavra. =====

===== Seguidamente o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Dr. Fernando Pais Ferreira, do PS. =====

===== Primeira palavra para endereçar cumprimentos à Mesa, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Membros da Assembleia Municipal, Público aqui presente e Imprensa. Muito obrigado. Eu antes de começar a minha intervenção, eu acho que, pelo menos da parte do partido socialista, eu vou falar exactamente naquilo que, o Senhor Presidente da Junta de Ul apelidou de especulações. Senhor Presidente, espero especular absolutamente nada e queria fazer esta minha intervenção e penso que será definitiva pelo menos da parte do partido socialista será definitiva, no sentido de não suscitar aqui qualquer dúvidas e vou me cingir apenas a factos sem fazer qualquer tipo de especulação e muito menos avaliar o trabalho da Junta de Freguesia, nomeadamente o Senhor Presidente, que não é minha intenção. Se em algum momento durante a minha intervenção achar que eu de alguma forma estou a exceder-me e que o possa ofender, far-me-á sinal, que eu acabarei a minha intervenção. Não é este ponto que eu quero aqui tratar. Eu vinha falar exactamente na gestão do “ Parque Molinológico”, que por uma questão de mais facilidade linguística, vou referir ao Parque Molinológico com a expressão “PM”. Eu vou fazer um pouco de história, que é para vermos e todos nós ficarmos de alguma forma esclarecidos, para depois o Senhor Presidente Câmara nos dar os esclarecimentos que entender necessários, no sentido de nós percebermos, o que se passou? O que se foi passando? E o que é que se esta passando neste momento? Eu recorro, por proposta do Dr. António Rosa, em Março de 2009, em reunião de Câmara Municipal, o Dr. António Rosa propôs, que, se devia potenciar o desenvolvimento de parques temáticos, ao abrigo daquilo que, tinha sido aprovado na bolsa de Turismo de Lisboa, entendeu-se que de facto aproveitar o montante que estava disponível que era 1,5 milhões de euros, no sentido de criar condições, para permitir o desenvolvimento específico, consertado, integrado e que beneficiasse de facto de alguma imagem pública exterior, relativamente ao parque, ou a este parque, e exponenciar todas as suas virtualidades. Nessa altura, o Dr. António Rosa propôs, explicou exactamente tudo aquilo que se iria desenvolver, acabou a sua intervenção dizendo que seria bom, que, se fizesse uma associação, uma associação, no sentido de permitir desenvolver e incrementar o desenvolvimento desse parque Molinológico. Esta deliberação foi aprovada e posteriormente, muito pouco tempo depois, há, a aprovação de um protocolo de colaboração, subscrito, com a Associação do Parque Temático Molinológico, portanto, foi constituída uma Associação com esse fim, no sentido de permitir exactamente isto, que era revitalizar o relacionamento dos Moinhos com os rios e paisagem envolventes, através de acções e projectos que envolvem os diversos agentes, entidades públicas e privadas, empresariais e de carácter social. Nesse protocolo de colaboração, entre o Município de Oliveira de Azeméis, representada pelo Prof. Albino Valente Martins, e a Associação do Parque Temático Molinológico, representada pelo Senhor Dr. António Rosa, na altura membro da direcção. Este protocolo de colaboração incluía uma participação financeira, até ao montante de 18.000,00€ (dezoito mil euros). Na última reunião de Assembleia Municipal, nós fomos confrontados, com, nós membros da Assembleia Municipal, fomos confrontados com uma mudança de atitude. Ou seja, meteu-se a Associação na “gaveta” e entendeu-se, por questões de operacionalidade, ceder a gestão do Parque

Molinológico à Junta de Ul. Entretanto, nós, Partido Socialista, questionamos essa questão. Como é que há uma associação, que foi constituída, cujo objecto principal era de facto o desenvolvimento do parque temático e de repente aparece uma concessão à Junta de Freguesia de Ul? Eu não sei se altura que nós aprovamos isto, ou se em algum momento, o Senhor Presidente da Câmara, falou com o Presidente da Junta de Ul, no sentido de dizer, o Senhor está na disposição de aceitar este desafio? Certamente não terá falado. Digo eu. Porque o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Ul, veio aqui dizer que, não estava em condições de assumir esse compromisso, e, como tal propôs à Assembleia de Freguesia que transferisse essa competência para APPUL. O que é que acontece, Senhor Presidente, nós entendemos, que existe alguma confusão. Ou seja, porque é que não se desenvolveu a Associação? Porque é que a Associação não foi desenvolvida, no sentido de permitir isto? Porque é que não se desenvolveu isto? Há alguma confusão. Eu lembro que na última Assembleia, inclusivamente, foi questionada aqui, porque é que era a Junta de Freguesia de Ul? Porque é que se transferia esses poderes para a junta de Freguesia de Ul? O Senhor Presidente da Câmara na altura disse que havia algumas especificidades, embora sem as concretizar, na altura, que implicaria que a Junta de Freguesia de Ul, ficasse sobre a alçada de gestão do Parque Molinológico. Aquilo que nós entendemos e queremos ver de forma esclarecida, é; Em primeiro lugar, o que aconteceu a aquela Associação que foi criada? Foi extinta? Não foi extinta? Fez alguma coisa? O que é que fez? Em segundo lugar, se quando houve transferência de competências para a Junta de Freguesia, se essa transferência de competências, foi feita de acordo, com a vontade expressa da Junta de Freguesia? Porque nós também temos aqui a Junta de Freguesia de Travanca! O senhor Presidente da Junta de Travanca deve estar a pensar, então e a minha? Em terceiro lugar e uma situação que eu acho de alguma forma pertinente. É, porque é, que a Junta de Freguesia de Travanca, independentemente de a Associação ter determinado fim, eu entendo que a transferência de competências, a subdelegação de competências, para mim não tem qualquer problema, porque é legal, porque nós aqui quando aprovamos a delegação, não dissemos que a Junta de Freguesia não podia subdelegar, não dizendo isso expressamente no acto de delegação, pode subdelegar. Agora delegar a uma entidade cujo objecto social, não é nem de perto nem de longe, nem tem na sua vocação, gerir este espaço, eu entendo que as coisas deviam ser, devidamente ponderadas, devidamente estudadas e o que eu vejo aqui é uma enorme confusão. Mas de qualquer maneira eu espero que, o Senhor da Câmara me dê alguma explicação para isto, certamente terá uma explicação para isto e muito clara. Muito obrigado. =

===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o direito de resposta ao deputado, Hugo Pereira, Presidente da Junta de Freguesia de Ul. =====

===== Ora bem, exactamente como o Senhor disse. Uma verdadeira confusão. Nunca em lugar algum, eu estive numa Assembleia, presente e disse, como o senhor acabou de dizer: “que não tinha competência, ou capacidade para...” Há-de me demonstrar isso. Se o Senhor leu no

jornal, algo que eu não fiz. Interpretou mal. Segundo, o protocolo que a Câmara fez com a Junta de Freguesia, antes de o ser feito, eu fui ouvido e dei a minha cara por ela. Correcto. Isto é para as coisas ficarem esclarecidas. Segundo, voltando um bocadinho a trás, nunca em lugar algum, também, está posta em questão, Travanca. É que vocês estão a querer criar aqui algum conflito entre mim e o Pedro. Mas é importante vos dizer, de que o Pedro, antes de eu assinar o protocolo, já sabia que eu ia fazer isso. Porque entre mim e o Pedro, há lealdade. Terceiro quero dizer também, de que a junta de freguesia não passou competência nenhum para a APPUL. Aquilo que a Junta de Freguesia fez com a APPUL, foi apenas um protocolo, para poder colaborar com elas o tempo que lá estão a fabricar o pão, porque as pessoas não trabalham de graça. O senhor tem o seu ofício eu tenho o meu. Elas são padeiras, trabalham das cinco da manhã ou das quatro até à hora que calha e vão para lá, por amor à camisola, por amor ao parque. E aí, para elas poderem ter um subsídio, o subsidio para poderem estar lá, e terem alguma retribuição, retribuição que é um subsídio não é um ordenado, foi por isso que eu fiz esse protocolo. Vamos, aproveitando a comunicação social acabar com estas confusões. Relativamente à Associação que tanto falam, não é do meu conhecimento. Se fala no tempo do Dr. António Rosa, é no conhecimento de certeza de outro Presidente que também não é o nosso neste momento. Agora não levantem estes problemas, eu acho que, aquilo que eu pedi há bocado, “deixem-me trabalhar” eu propus-me a isso. É a minha Freguesia, é a minha terra, à qual eu tenho amor, correcto? Eu tenho um projecto, quando o Senhor tiver disponibilidade, de tempo, para eu lho apresentar, o Senhor desloca-se a Ul e estarei lá presente para o fazer. Muito obrigado. =====

===== Seguidamente o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Dr. António Rosa, do PSD. =====

===== Não me deu naturalmente a palavra Senhor Presidente para responder à interpolação da intervenção anterior. Com certeza, eu tinha pedido a palavra e está-me a dar na minha vez. Cumprimento a Mesa, cumprimento o Senhor Presidente da Assembleia, Senhor Presidente da Câmara Municipal, Caros Colegas, Caros Oliveirenses. Obviamente que não sendo o meu propósito falar do ponto que acabamos de discutir, uma vez que foi invocado o meu nome, obviamente que foi em jeito de nota de rodapé, mas de qualquer forma, eu creio que também, se me impõe fazer um comentário. Eu creio que cima de tudo, independentemente de qualquer histórico, aliás, este foi um tema já mais do que discutido na última Assembleia Municipal. A Câmara Municipal obviamente a cada momento encontra os melhores mecanismos para cumprir os seus objectivos e portanto os mecanismos que a Câmara Municipal, neste momento entendeu como os melhores para cumprir o desígnio de dinamizar o Parque, foi este, e, acima de tudo, eu acho que o que é hoje importante discutirmos, aqui, ou por ventura comentarmos é, não tanto a forma porque de facto essa podia ser n, alternativas, mas a substancia, eu creio que estarmos hoje a falar de uma questão de forma e até de algum tom de

polémica, no momento em que, ontem mesmo, UL e o Parque Temático que é o que está aqui em causa, teve um protagonismo pela positiva, tão bonito a nível nacional, eu creio que facto tudo, o que mais dissermos, será apenas para estragar. O outro tema que aqui me trazia, gostava de recordar aqui um assunto que foi de facto uma bandeira, pela sua dimensão, uma bandeira da campanha eleitoral do Dr., Hermínio Loureiro “ Os novos Horizontes” em 2009 e foi de facto lutar pela cobertura integral do nosso concelho, no que diz respeito a água e ao saneamento. Recordo-me bem, que acompanhei de perto e creio que a maioria dos aqui presentes também acompanharam, na altura foi classificado de alguma retórica eleitoralista por parte de alguns, outros que enfim, mais confiantes na sua palavra acharam que era um compromisso arrojado e também arriscado. Volvido que está um ano e qualquer coisa, nós vemos um contexto, em que vivemos, de agravamento substancial, da situação económica do País e do Mundo, e por via disto, também, uma grande dificuldade, ao nível financeiro das diversas instituições. Isto tem proporcionado, ou tem justificado, uma quantidade de cortes infundáveis nas mais diversas áreas, nas mais diversas instituições do poder e também nas instituições privadas. A austeridade tem justificado, deixar cair uma quantidade de compromissos e de promessas que foram feitas num outro contexto, num outro momento e noutros ambientes. São investimentos públicos que temos deixado cair, é o próprio rendimento das famílias, que obriga as famílias a definirem prioridades e a racionalizarem as suas despesas, é disponibilidade do sistema bancário para o financiamento, que hoje muito mais reduzido do que era no passado. E portanto seria perfeitamente legítimo, escudarmos, ou o Senhor Presidente escudar neste contexto, para justificar uma alteração da sua estratégia. Pois bem, aquilo que eu aqui gostava de destacar, é que, segundo acompanhámos, há poucos dias na imprensa, a Câmara Municipal anunciou a abertura de um concurso, aprovando em reunião de Câmara Municipal o caderno de encargos para este mesmo concurso, para a concessão a privados do serviço de água e saneamento à totalidade do nosso concelho. Gostava de destacar pela positiva, muito pela positiva, duas preocupações que o Senhor Presidente anunciou, tendo estado na base deste caderno de encargos. Por um lado a garantia de um nível de serviço de qualidade a todos os Oliveirenses e por outro lado também justiça nas taxas a aplicar pela prestação deste serviço. Creio que são duas preocupações essenciais e que seguramente nos une a todos na definição deste processo, a nossa preocupação é que todos os Oliveirenses em todos os pontos do nosso concelho tenham acesso aos bens essenciais de água e saneamento, aqueles que ainda não têm, e, por outro lado também, que paguem um custo, que possam pagar, por este serviço. Pois bem. Duas referências que eu gostava de fazer neste momento. Por um lado, o eco que notei, nomeadamente, na comunicação social, de que a deliberação, em reunião de câmara, não reuniu unanimidade, em torno deste processo, seguramente que, haverá razões que serão defensáveis. No entanto acima de tudo, aquilo que eu aqui gostava de fazer, em meu nome, obviamente em meu nome pessoal, mas eu creio que em nome de todos os membros da Assembleia Municipal. É o seguinte estamos numa fase, não diria inicial do processo, obviamente há muito trabalho feito, há muito trabalho feito para se chegar a este momento, mas há muito trabalho também a fazer nomeadamente a

Assembleia Municipal será chamada a pronunciar-se também neste processo. Eu creio que é importante neste momento aqui fazer um apelo. Há muito! Há muito percurso ainda a percorrer! É importante que, seguramente não há aqui ninguém dentro, que não esteja profundamente empenhado e interessado em que este processo avance e avance rapidamente, mas sobretudo devidamente estruturado e eu creio que é sobretudo importante apelar aqui à responsabilidade e à seriedade de todos os membros de qualquer bancada da Assembleia Municipal e da Câmara Municipal, no sentido que este processo evolua com discussão, com debate, com ajustamentos mas, acima de tudo, que una todos em torno deste processo para que ele seja sólido e que avance o mais rapidamente possível, porque seguramente se assim acontecer, será o cumprimento, obviamente, de um compromisso mas acima de tudo e muito mais importante do que isso será a concretização de um direito essencial de todos os Oliveirenses e será também com certeza uma elevação da qualidade de vida de Oliveira de Azeméis =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos. =====

===== Muito obrigado, Senhor Presidente. Vamos então dar os esclarecimentos que foram solicitados. E vamos começar pelo primeiro, que foi a intervenção do Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Ul que, de alguma forma toca na intervenção feita pelo, Dr. Fernando Pais Ferreira. É evidente que ninguém sabia, pelo menos, julgo que se calhar algumas pessoas estavam distraídas com a marcação desta Assembleia Municipal para o dia quatro, sendo o dia três, o dia de S. Brás, e o dia dois, a festa de Nossa Senhora das Candeias, porque realmente se há dias que não se devia falar da forma como se falou do Parque Temático Molinológico, era hoje. Deixem-me dizer-vos que, há matérias, há muitas matérias que é mais aquilo que nos une do que aquilo que nos divide, refiro-me, ao parque da La-Salette, refiro-me ao parque Temático Molinológico e refiro também por exemplo à questão que acabou de ser falada sobre água e saneamento, e já lá vou. Mas estas questões, são questões que despertam a curiosidade, despertam a picardia política e ela na minha opinião é absolutamente desnecessária. Não devemos contribuir para que isso aconteça. É verdade! É verdade, que alguma comunicação social tem e então naquilo que diz respeito ao Parque Temático Molinológico não tem dito factualmente aquilo que se tem passado, obviamente que as fontes, valem o valem mas, eu sou testemunha, viva, nessa matéria e depois, as pessoas mais distraídas ou menos informadas, porque acreditam naquilo que vem nos jornais, fazem afirmações naquilo que chega através da comunicação social e nós devemos ter sempre o cuidado de perguntar, eu próprio. Ó Sr. Dr. Pais Ferreira, eu próprio tive a oportunidade de falar e perguntar ao Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Ul porque vi uma notícia no jornal. Oh Senhor Presidente, o que é que se passou? E o senhor Presidente disse-me assim: “não se passou nada do que o Presidente leu no jornal.” Ok estamos resolvidos. Porque eu também fiquei surpreso como o Senhor disse. Isso então é que era uma confusão brutal. O que importa aqui relativamente ao Parque

Temático Molinológico, na minha opinião, na opinião do executivo, é que o Parque Temático Molinológico, tenha vida, tenha movimento. Seja projectado fora de Oliveira de Azeméis e seja um pólo de atracção e de dinamização do turismo rural do Concelho Oliveira de Azeméis. É um parque único. Nós já cá trouxemos várias entidades, o Senhor Presidente da entidade, do Porto e Norte de Portugal, entidade de Turismo do Porto e Norte de Portugal, já lá esteve, nem sequer veio no jornal, nós nem sequer chamamos os jornais, porquê? Porque quisemos-lhe mostrar! E ele foi daqui espantado e já nos manda sugestões de coisas que quer fazer a nível do Norte mesmo até relacionado com a Galiza, no Parque. Porque o Parque é único! Ora bem se o Parque é único, eu acho que valia a pena nós, fazermos um esforço, aliás o Senhor Presidente da Junta tinha acabado de o pedir. O senhor Presidente da Junta foi na minha opinião de uma humildade extraordinária, disse assim “ oh meus caros, eu tenho um ano para mostrar o que valho, é pá daqui a um ano, se a coisa correr bem, eu não quero os parabéns, se a coisa correr mal, crucifiquem-me” e logo a seguir, na intervenção a seguir, é, por tudo aquilo que foi dito, foi tudo posto em causa. E aquilo que nós queremos é: um projecto a nível do Ambiente; a nível do Turismo e a nível da Educação, eu quero que as crianças todas em idade escolar do Município de Oliveira de Azeméis, vão conhecer o Parque Temático Molinológico! Vão perceber como é que os moinhos funcionam! A força da água, os moinhos estão a funcionar, ontem estavam seis mós a funcionar ao mesmo tempo! Todas as crianças da escola têm que lá ir! Têm que saber como é que se faz o pão! Têm que chegar a casa e explicar ao paizinho e à mãezinha, ao avô e à avó, eu já sei como é que se faz o pão! Ao fim-de-semana venha lá comigo, ó mãe, ó pai, que eu quero mostrar. Não vou dizer, deixem-me trabalhar, até porque não gosto de citar o Professor Cavaco Silva. Aquilo que é preciso dizer é, “dêem-me oportunidade” e depois cá estamos para julgar e para avaliar, se correu bem ou se correu mal, também temos humildade suficiente para perceber se correu bem ou se correu mal. E aliás, não deixa de ser curioso a procura da polémica. O Dr. António Rosa na última Assembleia Municipal perguntou aqui “ipsis verbi” o que o Dr. Fernando Ferreira, hoje aqui perguntou., disse a mesma coisa. Há uma Associação, tem que fazer a Associação e eu expliquei, - há uma Associação, estamos numa fase transitória, vamos organizar, vamos trabalhar, vamos projectar o Parque e a seguir vamos encontrar o melhor modelo de gestão para o Parque. É as Papas de S. Miguel, é a APPUL, é a Confraria disto e daquilo, ouça, vamos em conjunto encontrar as melhores soluções. É a junta de Travanca! É isso que é importante, nós criarmos e este espírito que é importante, nós trabalharmos. E disse mais, na última assembleia Municipal, a responder ao Dr. António Rosa, disse que era por razões de operacionalidade que, a Junta de Freguesia nesta fase ia assumir a responsabilidade, foi isso que eu disse. E foi o Bruno Aragão fez uma pergunta sobre isso nomeadamente, a questão de Travanca. Porque há o lado de Travanca, também. E eu expliquei isso. Agora eu pedi também, reparem, nessa última Assembleia Municipal, até pedi tréguas ao Parque, deixem o Parque, deixem o Parque, e depois cá estaremos daqui a um ano para dizer assim: olhem, correu tudo muito mal e os Senhores não percebem nada do assunto. Agora reparem, ontem foi dado um primeiro sinal. O que gostava de ouvir aqui sinceramente

era. Correu bem, oh Senhor Presidente da Junta de Ul, olhe, parabéns, correu bem. Se corresse mal obviamente estávamos todos aqui a pedir a cabeça dele. Felizmente correu bem. Ouça, nós tivemos, reparem só ontem, “Festa de S. Brás”, tivemos três directos na RTP canal 1, programa “Portugal no Coração”. Sabem qual é que foi o retorno que foi dado nesses três directos? Foi hoje publicado, esta na internet, podem ir ver. 147.077,00€ Retorno imediato. Ou seja, que era o espaço, que quanto o Parque Molinológico tinha de pagar, para ter a divulgação e a promoção que ontem teve. Foram milhões de pessoas que ontem viram o Parque. Esses milhões de pessoas ficariam espantadas se soubessem que passado vinte e quatro horas, ou menos, estávamos aqui a discutir se é assim, se é assado, se é frito, se é cozido, sinceramente acho que não é o momento para discutir isso, há momentos para discutir, para divergir, mas depois há momentos que devemos todos cerrar fileiras em torno de um projecto que é mobilizador para o Município de Oliveira de Azeméis. Relativamente à questão que foi colocada, pelo Senhor Miguel Silva. Deixe-me dar nota, só para salientar uma questão, julgo que é importante referir. Que é a adjudicação, da requalificação das Margens do Caima, foi feita por 25% abaixo do valo base do concurso, eu julgo que isto é importante, mas que nos obriga também a uma maior fiscalização. Quando obviamente tem a ver com as contingências de mercado, quando as empresas arriscam e arriscaram, porque todas elas, concorreram com preços abaixo da base do contrato, e a base do contrato estava bem feita, porque isso também já foi verificado pelo nosso departamento de empreitas, há um risco maior que as empresas de obras públicas e construção civil e algumas com especificidade de alvará para fazer aquele trabalho, arriscaram e baixaram os seus preços. Portanto estamos a falar daquela intervenção de 16 hectares, entre a antiga fábrica e o açude do Areíño. E também uma parceria público privado, porque temos um privado a investir ao lado, na questão do Hotel Rural e outras valências na área da eficiência energética, portanto, devemos estar todos empenhados para que este projecto, também seja mobilizador, porque esta aposta na requalificação dos rios, não se pode esgotar nesta zona de Palmaz, não se pode no Caima, há muitos outros espaços onde temos que, também, intervir. Relativamente às questões colocadas pelo Senhor deputado Miguel Portela. Elas são todas, são questões pertinentes, tem a ver com os cuidados de saúde, obviamente, porque mexem connosco. Dar-lhe só nota do seguinte. Oh senhor deputado! No dia em que o Senhor deputado falou na Senhora Maria, ouça houve um mês, quinze dias, que foram terríveis do ponto de vista da afluência às Urgências e do surto de gripe e portanto a Senhora Maria esteve muito tempo à espera em Oliveira de Azeméis, mas eu acho que houve, muitas Senhoras Marias, por esse país fora nos outros Hospitais, nos grandes Hospitais, porque tem falta de médicos, portanto, acho que aqui devemos ter algum cuidado, sem obviamente aqui nos aligeirmos das nossas responsabilidades e lutarmos por uma prestação de cuidados de saúde o melhor possível para todos os nossos Municípios. Mas, é evidente que, há casos e casos, há picos e picos, porque depois esta questão da estatística, se nós só olharmos para a estatística quando ela nos é favorável, as vezes pode-se virar o bico ao prego, ou seja, porque eu também já tive acesso a estatística, que tem a ver com o funcionamento da Urgência durante 24 horas, do lado de lá me dizem assim: Ouça lá, mas 24

horas, porquê? Se eu só tenho aqui X utentes, durante a noite. Não é melhor fechar? E digo. Não, não! Tem que estar sempre aberto. Nós nessa matéria, cuidado com as estatísticas, porque isto, pode às vezes no dar jeito, numa altura e pode ser-nos prejudicial noutra. Agora é evidente que todos, sem excepção, temos uma preocupação com a prestação dos cuidados de saúde, eu acho que ninguém duvida dessa matéria e todos nós queremos, mais e melhor cuidados de saúde no nosso Município. Também dizer que, vamos convocar a Comissão de Saúde, já rapidamente para podermos também partilhar. Há dados novos. Nós escrevemos, eu escrevi uma carta, sem ser uma carta antipática, nem uma carta rabugenta, porque não faz o meu sentido, escrevi uma carta simpática à Administração Regional de Saúde, mas a chamar à atenção para a falta de médicos no Município. E a resposta, eu tive uma resposta à carta, e tive também mais médicos. Vieram mais médicos para o concelho. Não são. São médicos que vieram através de uma empresa, vieram através de contratação de uma empresa. Não vem resolver o problema, não vem. Mas ajuda. Ou seja, se tínhamos um défice grande, esse défice melhorou. Portanto eu gostei da resposta da Administração Regional de Saúde do Norte que, procurou rapidamente resolver um problema, que se prendia mais concentrado no posto de Saúde de Cucujães, com muitos utentes sem médico de família e portanto, essa situação não está resolvida de forma definitiva, mas está minorada. Ou seja foi minorada pela contratação, de uma empresa, de médicos a uma empresa. Não resolve, mas já atenuou um pouco. Vamos então dar nota que vamos então convocar a Comissão de Saúde para partilharmos algumas preocupações. A última questão foi colocada pelo Senhor deputado, António Rosa e queria fazer um esclarecimento prévio. E dar a informação, à sua intervenção. O Senhor deputado António Rosa falou, na sua intervenção, e deu nota que, tinha visto na comunicação social que o Partido Socialista em Reunião de Executivo não tinha votado. Eu quero-lhe dizer que há uma razão para que o Partido Socialista não tenha votado e que obviamente, nós aceitamos essa razão, porque foi explicada essa mesma razão. Ou seja, quando abrimos o procedimento, estamos a falar da abertura do procedimento, foi isso que foi feito em Dezembro 2010, em Reunião de Executivo Camarário, a proposta de abertura do procedimento, não estava com todos os documentos que o Partido Socialista entendia necessários para poder avaliar a sua posição e para poder definir a sua posição. E é verdade que, o próprio Partido Socialista solicitou mais tempo e solicitou os documentos. Hoje mesmo, entreguei ao Senhor Vereador, Eng.º Joaquim Jorge, um conjunto de documentos, que julgo, serão documentos que poderão de alguma forma ajudar a contribuir para que Partido Socialista e vou também fazê-lo ao CDS/PP, para que o Partido Socialista possa estudar. Porque não estamos a falar de um investimento de meia dúzia de milhares de euros, estamos a falar do maior investimento de sempre no nosso Município, estamos a falar de um investimento, que na sua globalidade pode chegar aos sessenta milhões de euros. Aqui estamos a falar de investimento alta e de investimento em baixa. E nós vamos optar por uma outra solução, do ponto de vista, atendendo à conjuntura de mercado, houve uma razão objectiva para que o Partido Socialista, nesta reunião de câmara, naquilo que diz respeito à abertura do procedimento concursal, o Partido Socialista, portanto não podemos depreender

que, serão contra ou serão a favor, mas, aquilo que pediram foi mais tempo, mais elementos, e havia elementos em falta, eu reconheço, aliás eu reconheci na Reunião que havia elementos em falta, na nossa opinião eles não seriam determinantes, mas eu respeito perfeitamente e foi uma discussão seríssima sem grandes alterações, foi uma discussão civilizada, porque é uma matéria que eu acho que nos une a todos, é daquelas que a discussão acessória não deve existir e devemos todos, é evidente que há varias soluções, mas há conjuntura, e há contextos de mercado e nós temos que analisar as varias soluções, tendo em conta o tempo em que vivemos, apesar da crise económica, nós achamos que temos condições para nos abalancar nessa empreitada e hoje de manhã, estive durante a manhã reunido nas Aguas Douro e Paiva já a trabalhar numa solução que possa ser paralela à da concessão nalgumas matérias. E portanto, estamos no terreno, criamos uma equipa. Aliás vocês vão ver, no ponto de ordem de trabalhos, foi criado aqui uma equipa, uma divisão para analisar essa matéria, para que a Câmara Municipal no ponto de vista dos seus técnicos tenha arcaboço para poder ajudar nas decisões políticas e dizer-vos também que, a decisão final sobre a concessão, ela vai ser discutida na Assembleia Municipal. E aí já quase que meto uma cunha ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal, essa Assembleia Municipal, terá se calhar que ser uma Assembleia Municipal em seja o único ponto da ordem de trabalhos, para que a Câmara toda, aprovar o que tivermos de aprovar, para definitivamente podermos concluir esta fase da tramitação do processo, para termos finalmente aquilo que desejamos. Que é a água e o saneamento. Queria desde já dizer uma coisa. Queria só dar um esclarecimento, que é o seguinte. Vamos ser frontais, não vamos aqui estar a esconder nada, não podemos nem devemos. O preço do saneamento a pagar pelos Municípios de Oliveira de Azeméis, numa concessão, para ter uma percentagem a rondar os 100%, obviamente que o preço do saneamento vai ter que aumentar. Acho que ninguém, ninguém, pensará o contrário. É evidente que uma coisa é aumentar brutalmente, outra coisa é termos o cuidado de não deixar aumentar e de criar condições para esse aumento, ou seja um aumento desmesurado como já aconteceu noutros sítios. Porquê? As concessões, vai-se aprendendo com elas, quer os concessionários, quer quem lança os concursos. E portanto, isto aqui é um bocadinho o jogo do gato e do rato. Portanto nós, também, já andamos a percorrer as Câmaras todas que têm concessão, há umas que têm melhor que outras, há outros contratos que foram bem-feitos, outros que deixaram escapatórias e portanto é uma chatice, depois quando há escapatórias, as coisas disparam e nós deixamos de controlar e não queremos que isso aconteça, portanto não vamos deixar que essa situação se descontrole, que saia do nosso domínio, mas também, e para que as pessoas não sofram um aumento brutal, agora não vale a pena iludirmos as pessoas. Nós queremos o saneamento, queremos o saneamento, mas é preciso paga-lo também e portanto eu queria já, ainda nesta fase, dizer isto, para depois não dizerem que nós estamos aqui a esconder alguma coisa aos Oliveirenses. Senhor Presidente. Muito obrigado pela sua tolerância, mas os assuntos que foram colocados eram de elevada importância. Muito obrigado. =====

===== Pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal foi dito: =====

===== *Está encerrado o “Período de Antes da Ordem do Dia”. O PSD tinha 36 minutos e trinta segundos, gastou 20 minutos e 2 segundos; o PS tinha 19 minutos e 30 segundos, gastou 24 minutos; o CDS tinha 3 minutos, gastou 5 minutos e 25 segundos; o independente tinha 1 minuto e gastou 2 minutos. Eu respondo às vossas solicitações, não se isto aqui serviu para responder às vossas solicitações, eu, se algum de vocês quiser falar, falo-a com certeza no período dedicado ao público. Muito Obrigado. Defesa da honra? Eu não lhe dou a palavra. O deputado nem sequer foi citado. Então esclareça, em que é foi citado? Mas eu corto-lhe a palavra, se não foi, fica já a saber. =====*

===== *O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Bruno Aragão, do PS, para defesa da honra =====*

===== *Agradeço, de facto fui citado na proposta do Parque Molinológico e eu não podia deixar de vir aqui, porque estava profundamente incomodado e a honra tem que ser defendida mas cada pessoa avaliará a sua devidamente. E o discurso que passa sistematicamente aqui obviamente que me sinto incomodado com isso, mexe mesmo comigo, é que se passa o discurso que nós estamos sempre a criticar, que estamos sempre contra isto não queremos o bem disto. Não é verdade. Mas é uma coisa que me ofende verdadeiramente Aliás se poderem consultar a Acta quando for aprovada da última Assembleia Municipal, podem ler perfeitamente aquilo que foi colocado. Não é contra nenhuma Junta de Freguesia, não é contra nenhum Presidente. Aliás eu comecei por frisar exactamente isso. E quando atacamos ou quando criticamos, criticamos opções de gestão, não as pessoas e isso é uma coisa que para mim é fundamental e incomoda-me profundamente. È sempre esse discurso fácil que nós estamos contra., que nós estamos contra, estamos contra em tudo. Não é verdade. Isso é uma coisa que é preciso dizer. Aconselho vivamente a lerem a última acta da Assembleia Municipal, sobre este ponto. Muito obrigado. =*

===== *PERÍODO DA ORDEM DO DIA (ART.º 20º DO REGIMENTO) =====*

===== *Seguindo os trabalhos, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia, deu início ao Período da Ordem do Dia. =====*

===== ***Ponto um: Votação das Actas nºs 8 e 9;** =====*

===== *O Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto número um à votação, tendo sido deliberado por maioria aprovar as actas nº 8 e nº 9, com a seguinte votação: a favor - vinte e seis do PSD, dois do CDS/PP, catorze do PS e Presidente da Junta de Freguesia de Cesar; abstenções – um do Senhor Dr. Pedro Paiva (PS). =====*

===== **Ponto dois: Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara acerca da actividade e situação financeira do Município;** =====

===== Pela Câmara Municipal, foi apresentado um “dossier” exaustivo dando a conhecer todas as actividades realizadas pela Câmara Municipal, assim como a situação financeira do Município. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos. =====

===== Muito obrigado, Senhor presidente. Esta informação foi distribuída e como vem sendo habito, se houver esclarecimentos a dar, se houver questões a colocar, cá estaremos para responder. =====

===== Aberto o período de inscrições, registou-se o pedido de inscrição do Senhor Dr. Miguel Portela. =====

===== Queria aqui apenas fazer um pequeno reparo a uma situação que o Senhor Presidente da Junta de S. Roque já falou. O cumulativo das contra-ordenações aplicados à Câmara Municipal por atentados ao ambiente é deveras preocupante por duas razões. Primeiro porque o ambiente é uma responsabilidade inquestionável das autarquias devendo ser estas as primeiras a dar o exemplo no que concerne a tomar as medidas ambientais mais correctas. Deime ao trabalho de somar os valores mínimos a que a autarquia estaria sujeita a pagar caso todos estes casos forem considerados negligência, deu um total de 417.000,00€, quantia bastante elevada para umas contas tão difíceis como são as da nossa autarquia. Pergunto-me se com tantas ocorrências detectadas não correrão o risco estas ocorrências serem consideradas dolo o que agravaria em muito estas penalizações derrapando para valores muito preocupantes. Não venho misturar assuntos, não venho falar de saneamento, não é isso que está aqui em causa, venho apenas perguntar o que está a falhar neste processo e como a autarquia está a pensar actuar para evitar que estas situações voltem a acontecer. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos. =====

===== Muito obrigado. Olhe resolvendo a questão da água e do saneamento, senhor deputada, porque por muito que o senhor não queira confundir as situações, muitas destas questões resultam da falta de infra-estruturas e não vale a pena escondermos e dizer que temos tudo, não temos, portanto temos as percentagens que temos e temos de encontrar as soluções para ultrapassar. Mas já agora dar nota que, não se surpreendam, porque com conjunto de

medidas que nós vamos lendo na comunicação social, (vamos lendo na comunicação social), relativamente à facilidade dos licenciamentos que por aí vai agora acontecer, não é preciso pedir licença a ninguém, abre-se, e depois vê-se, então aí, é que nós vamos ver depois as contra-ordenações, os problemas e essas coisas todas, porque aí vai, aí não é preciso licença para nada, o senhor quer abrir uma coisa qualquer e abre. E depois, o vizinho a seguir, vai dizer que aquilo está mal e vai dizer que a culpa é nossa, porque deixamos fazer tudo, e a seguir vamos lá ter que abrir um processo, depois vai lá a fiscalização, depois há a contra-ordenação. Aí é que vai ser uma lista, meu Deus! Aí é que vai ser! Pronto, era essa a explicação que eu queria dar. =

===== A Assembleia Municipal tomou conhecimento da referida informação. =====

*===== **Ponto três: Relatório de Acompanhamento da Execução do Plano de Saneamento Financeiro – Reporte a 31 de Dezembro de 2010 – Apreciação;** =====*

===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos. =====

===== Muito obrigado, Senhor Presidente. Vou procurar ser sucinto, respondendo ao seu pedido, já no “período de antes da ordem do dia”. Este relatório visou analisar e evidenciar várias questões. O ponto da situação do empréstimo de saneamento financeiro. A taxa de execução, face á execução económico-financeira, prevista no plano de saneamento. A evolução da dívida e o endividamento Municipal A evolução dos indicadores de equilíbrio económico-financeiro. E também tirar conclusões sobre o grau de cumprimento do planeamento financeiro, e dos objectivos de equilíbrio e cumprimento da lei das finanças locais. E queria começar por dar nota aos Senhores deputados que, a execução económica a 31 de Dezembro, tem um superavit de 2.407.212,00€ (dois milhões quatrocentos e sete mil e duzentos e doze euros) ou seja 97,5% do superavit previsto no plano para o ano de 2010, estamos a falar de um superavit, como disse, de 2.407.212,00€ (dois milhões quatrocentos e sete mil e duzentos e doze euros) e o plano previa 2.469.120,00€ (dois milhões quatrocentos e sessenta e nove mil e cento e vinte euros). Uma outra questão que eu gostava de realçar é: O valor da dívida total do Município. A redução que nós fizemos à dívida total do Município, durante o ano de 2010, é de - 2.838.354,00€ (dois milhões oitocentos e trinta e oito mil e trezentos e cinquenta e quatro euros) e portanto é uma diminuição, também, superior ao previsto para o ano de 2010, aquilo que estava previsto para o ano de 2010, em 433.194,00 € (quatrocentos e trinta e três mil cento e noventa e quatro euros), o que quer dizer, que a dívida total do Município é, a 31 de Dezembro de 2010, 48.896.606,00€ (quarenta e oito milhões e oitocentos e noventa e seis mil e seiscentos e seis euros) e que, desde o início do plano de saneamento financeiro até agora, temos uma redução de 6.288.563,00€ (seis milhões e duzentos e oitenta e oito mil e quinhentos e sessenta e três euros), portanto, importa aqui realçar, que apesar do volume de obra que foi realizada,

obra de proximidade, sendo que de alguma forma respondeu às expectativas das Juntas de Freguesia e da Sociedade em geral, nós, o executivo conseguiu reduzir a dívida total do Município em 2.838.000,00€ (dois milhões e oitocentos e trinta e oito mil euros). Relativamente à dívida de empréstimo de médio e longo prazo, nós tivemos uma redução também de 2.301.215,00€, (dois milhões e trezentos e um mil e duzentos e quinze euros), ou seja, esta diminuição foi também ela, superior aquilo que estava previsto no plano para 2010, e portanto isto só foi possível com a colaboração de todos e portanto o valor da dívida de empréstimo médio e longo prazo está nos 38.738.163,00€ (trinta e oito milhões e setecentos e trinta e oito mil e cento e sessenta e três euros). Naquilo que diz respeito ao endividamento líquido municipal, nós tivemos uma diminuição também superior aquilo que estava previsto, em 126.373,00 €, (cento e vinte e seis mil trezentos e setenta e três euros), ou seja, o endividamento líquido municipal diminuiu 2.307.488,00€ (dois milhões e trezentos e sete mil e quatrocentos e oitenta e oito euros), e está neste momento nos 37.525.653,00€ (trinta e sete milhões e quinhentos e vinte e cinco mil e seiscentos e cinquenta e três euros). Relativamente à dívida a fornecedores, a dívida a fornecedores, relativamente aos dados do ano passado, teve uma redução de 35% e está, a redução que foi feita é de 1.886.663,00€ (um milhão e oitocentos e oitenta e seis mil e seiscentos e sessenta e três euros), portanto a dívida a fornecedores está neste momento fixada em 3.481.992,00€ (três milhões e quatrocentos e oitenta e um mil e novecentos e noventa e dois euros). Relativamente ao prazo médio de pagamentos a fornecedores, dizer-vos que, a situação a Dezembro de 2010, é de 125 dias. E portanto, eu queria já dizer, como bom cumpridor de compromissos, queria já dizer ao Senhor deputado Manuel Francisco Valente, que, o jantar não lhe vou pagar, mas um lanchezito, vou ter de lhe pagar, porque eu falhei a aposta, porque eu tinha dito que era 110 dias, que íamos ficar nos 110 dias e estamos nos 125, mas, deixe-me também dizer, e por isso é que não lhe pago um jantar, só lhe pago um lanche. Porque se não tivesse havido o PEC! Ou seja, se não tivessem cortado os 528.944,00€, (quinhentos e vinte e oito mil e novecentos e quarenta e quatro euros) meu caro isto ia dar até aos 110 que dava 106 dias, e portanto, eu não me sinto na obrigação de lhe pagar o jantar, mas estou disponível para cumprir o compromisso e lhe pagar o lanche, que o meu amigo bem merece, e se calhar falaremos do futuro do Sporting nesse mesmo lanche, e portanto, é verdade que no meu compromisso, aqui assumido, eu lembro-me de o ter dito, julgo na Assembleia Municipal que discutimos a análise do semestre, eu disse: - Isto vai chegar aos 110 e deputado Francisco valente dizia: - não, não, não vai nada. E ele ganhou. É verdade, não chegou, como lhe disse, porque o PEC, aqueles senhores do PS e do PSD, decidiram fazer um PEC e portanto deram-me cabo aqui da escrita, e portanto, mas nós havemos de resolver isso já no próximo ano, não me perguntem, ainda como, mas nós vamos ter de resolver, vamos ter de continuar a reduzir este prazo. Uma última nota Senhor Presidente, só para lhe dar, naquilo que diz respeito à execução e ao desvio do plano, dizer-lhe que em termos de despesa corrente, em termos de despesa corrente a nossa execução foi de 24.304.284,00€ (vinte e quatro milhões e trezentos e quatro mil e duzentos e oitenta e quatro euros). O desvio relativamente aquilo que

estava planeado é de 101,00€ (cento e um euros), ou seja, não há desvio. É 100%! Ou seja, nós acertamos a 100%, naquela que ia ser a execução da nossa despesa corrente, naquilo que diz respeito a despesa de capital estávamos a falar de 8.442.798,00 (dois milhões e quatrocentos e quarenta e dois mil e setecentos e noventa e oito euros) e há aqui um desvio de 565.576,00€ (quinhentos e sessenta e cinco mil e quinhentos e setenta e seis euros) relativamente a essa questão da despesa de capital, naquilo que diz respeito quer à despesa total, quer à receita total, as percentagens andam muito próximas dos 100%, estamos a falar de 101,8 naquilo que diz respeito à despesa total e 101,9 naquilo que diz respeito à receita total, e portanto, isto é, numa palavra, “isto é gestão”, e conseguimos cumprir com aquelas que são as nossas obrigações e com a legislação em vigor e por isso mesmo, dar nota que, é com agrado damos hoje conhecimento deste plano financeiro e destas contas à Assembleia Municipal. Muito obrigado, Senhor Presidente. =====

===== Aberto o período de inscrições, registaram-se os pedidos de inscrição dos Senhores Manuel Francisco, Dr. Miguel Portela e José Campos. =====

===== Na ausência do Senhor Presidente da Assembleia, o Senhor António Grifo, Segundo Secretário da Assembleia Municipal, concedeu o uso da palavra ao Senhor Manuel Francisco Valente, do PS. =====

===== Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Mesa, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores. Bom. Não venho cobrar o almoço, nem o jantar, nem o lanche. Venho dizer que, os números que disse, estão reflectidos, apresentou-os sem nenhuma sombra de dúvidas que é isso que se está a reflectido aqui. Mas o que me parece é que o Senhor Presidente, esteve a falar nas contas do Município, e o relator também, e não esteve a falar no Plano de Saneamento Financeiro. E parece-me que o que está na ordem de trabalhos é a análise do Plano de Saneamento Financeiro, não estamos a falar das contas do Município, porque se estivéssemos a falar das contas do Município, eu dizia - Senhor Presidente, os meus parabéns, porque realmente conseguiram essas reduções todas. Como não é o caso, só tenho que dizer infelizmente que, os números que acabou de dizer, estão todos ao contrário, e portanto, pouco ou nada, servem daquilo que disse. Sendo verdadeiros! São de execução. Sendo de apreciação de planeamento financeiro. São falsos. E senão vejamos, os números que disse, estavam vertidos no relatório, aqueles que eu também vou dizer, também estão vertidos no relatório, e digamos, será esta Assembleia, será esta Câmara, serão os Oliveirenses, que irão ajuizar se afinal discutimos, aqui, hoje, em 4 de Fevereiro, as contas de Gerência que ainda não estão feitas, ou se vamos discutir aquilo que devíamos ter executado em relação ao plano de saneamento financeiro e que nem de longe nem de perto o executamos. E aí é que parece o grande problema. E um, problema maior, que deixaremos para mais tarde, para ver se não tem outro tipo implicações, nomeadamente para esta Assembleia. Mas, enfim, seguindo então o

raciocínio que Senhor Presidente da Câmara apresentou, eu, quase que me negaria da mesma forma e começaria por dizer que, efectivamente, quando diz que há uma redução, em relação às perspectivas, que tinha, ou que eram anunciadas no Orçamento do Estado, para transferir para o Município e que se viu reduzido em cerca 528.000,00€, (quinhentos e vinte e oito mil euros) ou coisa parecida. Também é verdade, Senhor Presidente, que o Município recebeu, não uma promessa, mas um valor real de 236.000,00€, (duzentos e trinta e seis mil euros), mais do que no ano de 2009, não estamos a falar da expectativa criada em função do Orçamento do Estado, não estamos a falar daquilo que o PEC cortou. Estamos a falar daquilo que a Câmara recebeu, e a Câmara recebeu, mais concretamente 236.948,00€ (duzentos e trinta e seis mil e novecentos e quarenta e oito euros) em 2010, do que o tinha recebido em 2009, portanto não era daí que viria o mal ao mundo. A dívida, vamos sempre aqui andar num “ping pong”. A dívida total do Município, diz muito bem, reduziu 2.838.000,00€ (dois milhões e oitocentos e trinta e oito mil euros), perfeito, em relação a 2009. Digo eu, e os números estão no relatório, aumenta em relação à previsão do plano de saneamento financeiro em 3.000.000,00€, (três milhões de euros). Não estou a inventar números, estão lá escritos. Se houver dúvidas, esclareceremos a página, se for necessário. Quando falamos no endividamento líquido. É verdade, reduziu em relação a 2009, 2.307.000,00€ (dois milhões e trezentos e sete mil euros), é verdade também, e esta é que é a verdade que importa nesta sessão, aumentou 1.411.000,00€ (um milhão e quatrocentos e onze mil euros) em relação àquilo que, a Câmara, tinha previsto no plano de saneamento financeiro e àquilo que estamos a discutir neste momento. É verdade também, é que temos o mesmo caso, quando se diz a dívida a fornecedores, ela reduz-se, os tais 1.886.663,00€ (um milhão e oitocentos e oitenta e seis mil e seiscentos e sessenta e três euros), os números não enganam, é como o algodão, podemos é ler os números de maneira diferente e eu quero lê-los de acordo com a convocatória do Senhor Presidente da Assembleia Municipal me mandou, e julgo que era apreciação do Plano de Saneamento Financeiro, porque quando me mandar uma convocatória a dizer “Análise das Contas de Gerência” eu vou lê-los de outra maneira. Portanto neste momento tenho ler aquilo que estamos a discutir, hoje e não aquilo que porventura o Senhor Presidente da Câmara quer discutir. O que estamos a discutir hoje é o Plano de Saneamento Financeiro. Exactamente. Portanto a dívida a fornecedores teve essa redução como diz realmente em 2009, só que aumentou 2.029,901.00€ e pasme-se, mais 139,8% do que o que está previsto no Plano de Saneamento Financeiro. Então chegamos aos passivos financeiros, e aí! É verdade, não há dúvidas nenhuma que é uma coisa muito boa, reduziu-se efectivamente 1.647.000,00€ (um milhão seiscentos e quarenta e sete mil euros) em relação ao previsto no Plano de Saneamento Financeiro. Mas Senhor Presidente, também não andamos cá todos a dormir, por uma razão diminui o passivo financeiro e aumenta o mesmo valor ou mais a fornecedores, isto é: paguei à banca, mas não paguei aos fornecedores, Estamos a buscar dinheiro aos fornecedores para pagar à banca, chegamos ao fim, o ponto positivo que cá está, tem buraco. Depois falamos no tal prazo médio de pagamento a fornecedores. Não é muito importante a promessa dos 105 dias, mais ou menos cinco, é importante na altura que era uma

perspectiva, era importante que ela fosse atingida, mas a verdade é que estão nos 125 dias e isto reflecte-se no que acabei de dizer, é que não se pagou aos fornecedores, para ir buscar dinheiro para pagar à banca, e isto, acontece que são só 78 dias além do que o que está previsto, acontece que são três ou quatro vezes mais do que aquilo que se tinham comprometido, e é isso que nós estamos a analisar e é aí que começa a haver algumas raias de incumprimento. Porque na execução orçamental, falou-se nas transferências do Estado, mas há uma coisa que também têm que se dizer: Se Senhor Presidente da Câmara quiser ir falar na despesa de 2009 São as despesas com o pessoal, é que as despesas com pessoal aumentam, em relação a 2009, e agora digo-lhe eu ao contrário, reduzem-se ou são sensivelmente iguais aquilo que estava no Planeamento Financeiro A verdade é que aumentaram quase 350.000,00€ (trezentos e cinquenta mil euros) em relação a 2009. Portanto estamos a falar já na execução. Nestas conclusões todas, o senhor relator cumprirá certamente, é a sua função, mas enfim, tenta dourar aquilo que eu tento ver claramente, eu vejo claramente, eu vejo que isto me afigura como havendo incumprimento na execução do plano de saneamento financeiro. A dívida total do Município é superior em 3.000.000 (três milhões), o endividamento líquido é superior em 1.411.000, (um milhão e quatrocentos e onze mil), a dívida fornecedores é superior em 2.000.000, (dois milhões), o prazo médio de pagamento é superior em 78 dias. Isto não seria grave, se não houvesse o tal plano de saneamento financeiro e se esse, não chama-se à atenção, vamos chamar a atenção a todos e principalmente a nós da Assembleia Municipal, para aquilo que o senhor relator diz que cumpre o artigo 40º, nº 1, bom, esse foi cumprido no dia em que se executou o financiamento, no artº40º nº1 diz que “desde que o resultado da operação não aumente o endividamento líquido do Município”, isso foi há três anos atrás, não tem que aumentar desde essa altura, porque não pode pedir dinheiro emprestado para gastar noutras coisas quaisquer, peça dinheiro emprestado, mas esse dinheiro emprestado mas foi para pagar a outrem. E portanto ficamos aí. Aí estamos de acordo. Agora, eu chamo a atenção a uma coisa, para mim, pelo menos na minha interpretação, e haverá opinião diferente e se ela for correcta, muito bem, é exactamente o artigo 40 que diz o nº 4 alínea a) “os órgãos executivos, durante o período do empréstimo, ficam obrigados a cumprir o plano de saneamento financeiro mencionado no numero anterior” portanto há uma obrigação desse executivo, mas diz mais, e agora chamo a atenção do Senhor Presidente da Assembleia Municipal, e diz no número 5 “O incumprimento do plano de saneamento financeiro, referido no número 2, é comunicado, pela assembleia municipal, ao Ministro das Finanças e ao ministro da tutela das autarquias locais e, até à correcção das causas que lhe deram origem.”. Portanto, eu só ponho a questão aqui, e o Senhor Presidente fará o favor, de junto do departamento jurídico da Câmara indagar, se a minha interpretação, é correcta ou errada, Se, esta Assembleia deve ou não dar conhecimento, ao Ministro das Finanças, de que o Plano de Saneamento Financeiro não está a ser cumprido. O Senhor tem a obrigação, só que como saberá tão bem como eu, é uma obrigação que existe no plano de saneamento financeiro vai para o monte e que se não surgirem problemas, ninguém olha para ela, repito, e isto pode ficar gravado na acta. Sabemos o que isto é, sabemos também

que se eu estiver a interpretar correctamente esta Assembleia está a incorrer também numa falha. E o que eu gostaria era que esta Assembleia, de que eu faço parte, não incorresse nessa falha. Em relação à prisão, tranquilo, não há problema nenhum, porque quanto à prisão tenho a certeza absoluta que o Senhor Presidente da Câmara, pelo menos um bilhete para o Sporting e um maço de tabaco me vai levar. Muito Obrigado. =====

===== Seguidamente, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Dr. Miguel Portela, do CDS/PP. =====

===== Vamo-nos então debruçar sobre as contas da autarquia: dívida total, custos, proveitos e investimento. Mas, antes de mais, reflectindo sobre as contas de 2010, o Relatório conclui que foi um ano de bom desempenho, pelo facto de se ter reduzido a dívida total em 2.838.345 (dois milhões oitocentos e trinta e oito mil e trezentos e quarenta e cinco) (página 16). Contudo, façamos uma análise mais fina, por exemplo nos números apresentados na página 5: - Houve aumento de Proveitos? Não, em 2009 os Proveitos foram de 31.670.000 (trinta e um milhões e seiscentos e setenta mil) e em 2010 ascenderam a 31.582.000 (trinta e um milhões quinhentos e oitenta e dois) - houve redução de custos? Também não, 26.538.000 (vinte e seis milhões e quinhentos e trinta e oito mil) em 2009 e 26.646.000 (vinte e seis milhões seiscentos e quarenta e seis) em 2010. Isto é, a única redução que houve foi na rubrica Investimento e apenas esta redução permitiu a diminuição do endividamento, em 6.030.000 (seis milhões e trinta mil) em 2009 e em 2.529.000 (dois milhões e quinhentos e vinte e nove mil) em 2010. Em tudo o resto, não se adiantou muito. Relativamente às despesas, há uma dúvida que convirá esclarecer: na página 15, qual é a origem para o enorme desvio na rubrica Outras Despesas Correntes onde estava previsto 92.000,00€ (noventa e dois mil euros) e onde a execução foi de 1.100.000,00€ (um milhão e cem mil euros). Para terminar este aspecto, fazia aqui uma ressalva ao prazo médio de pagamento aos fornecedores, que já se falou aqui, infelizmente não atingimos o objectivo (eu não tenho nenhum almoço, mas aqui o nosso colega ganhou) passou de 106 dias na última análise para 125 dias, um desvio 78 dias face ao estimado pelo plano de saneamento financeiro. Em relação ao futuro. Em relação ao futuro se analisarmos aqui os dados tivemos 31.000.000 (trinta e um milhões) e pouco mais de proveitos totais. Custos com pessoal é uma rubrica que não se pode mexer, encargos financeiros, empréstimos bancários no valor de.... . Pronto tivemos um passivo com uma redução total de 127%, houve uma redução do endividamento líquido de menos 2.000.000 (dois milhões), isto tudo se formos fazer as contas, há uma diferença a reduzir de 25.929.000 (vinte e cinco milhões e novecentos e vinte e nove mil), o que daria uma média de 11,23 anos, para abatermos tudo. Isto é, se a este ritmo não houvesse alterações. Outro aspecto a ter em conta com a evolução de encargos financeiros, é a subida das taxas de juro, que é isso que também nos preocupa 11 anos com estas taxas de juro, esperemos que elas se aguentem porque ao nível que elas estão isto demoraria muitos mais anos para conseguir ultrapassar. O problema adicional então, terá sido então estes das taxas de juro,

que nos preocupa, que poderá levar a dívida a derrapar mais algum tempo. Portanto, não se está a fazer nada que resolva realmente o problema da inviabilidade do Município. Soluções: o que fazer? É necessário encontrar medidas: - Ao nível dos Proveitos: têm de aumentar! Mas sem ser à custa da actividade Económica: acrescentar Valor, Acrescentar Valor, Acrescentar Valor, apoiar quem trabalha, quem produz, tirar partido do Património: edifícios, florestais, culturais, Conhecimento. - Ao nível dos Custos: reduzir todos os Consumos Externos; rentabilizar os serviços internos da Câmara alguns dos quais com elevadas Competências técnicas e conhecimento dos dossiers e do terreno, etc ...; - Continuar a reduzir o Passivo Financeiro, mas a um ritmo mais forte, para evitar que o aumento dos encargos financeiros venham a aumentar significativamente (3 milhões é muito dinheiro para ver sair dos nossos cofres! - Realizar apenas investimentos de rápido retorno, que beneficie de apoio comunitário e que potencie as nossas capacidades e especificidades: investimento no turismo rural, na história, de promoção das tradições regionais o vidro, a gastronomia, a agricultura biológica, a protecção da natureza, a arte, e Nacionais a multiculturalidade /relações com África e América do Sul, a nossa língua, falada em quase todo o Mundo. Aproveitar as tecnologias da informação e da comunicação, São actividades geradores de emprego e que tiram partido da nossa cultura e saberes, melhorando e fortalecendo, também, os nossos índices de confiança e de auto-estima. Em todo o resto, nós sentimos que tem de haver um esforço superior da Câmara Municipal, sabemos que para a situação actual, se calhar, muito melhor não podia ter sido feito, mas sentimos também, tem que ser feito um esforço muito maior de maneira a não hipotecarmos o futuro do Conselho. =====

===== Seguidamente, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor José Campos, do PSD. =====

===== Como não podia deixar de ser, nós temos uma visão, radicalmente oposta ao Partido Socialista, sobre o planeamento de saneamento financeiro, nós achamos que está a ser cumprido e portanto, acho que nenhum de nós aqui vai preso. A análise do relatório de acompanhamento da execução do Plano de Saneamento Financeiro mais do que uma simples interpretação técnico, contabilista dos números, requer uma análise rigorosa e concreta e que procure perceber se as metas definidas pelo plano de saneamento financeiro estão a ser cumpridas. Na análise dos diversos pontos, inscritos no relatório, podemos desde logo concluir, que as grandes metas do plano de saneamento, estão globalmente a ser cumpridas e que a situação financeira do Município de Oliveira de Azeméis, voltou em 2010, a ter uma evolução positiva nas suas principais rubricas. Desde logo, no que diz respeito ao empréstimo de saneamento, destaca-se o esforço, para realizar amortizações extra de capital. Recordo, que embora o período de carência de pagamento de capital concedido ao abrigo do empréstimo termine em Novembro deste ano, o Município efectuou nestes últimos dois anos amortizações num total de aproximadamente de 1.610.000,00€ (um milhão e seiscentos e dez mil euros). Na

análise à execução económico-financeiro do Município, durante o exercício 2010, temos de considerar todos os factores externos que obviamente condicionaram, sobretudo a vertente dos proveitos, refiro-me à situação financeira do País, com importantes consequências, desde logo a diminuição do volume de impostos directos obtidos; derrama, imposto municipal sobre transmissões de bens, e na redução, que o Senhor Presidente também já fez referencia, de transferências do orçamento do estado comparativamente com o que estava inicialmente previsto para o ano de 2010, estamos a falar de uma redução de transferências estatais na ordem dos 500.000,00€ (quinhentos mil euros), mesmo assim apesar destes todos constrangimentos a execução global durante 2010, para além de ter respeitado os valores globais previstos no orçamento, permitiu levar a cabo a diminuição da dívida e do endividamento municipal acima do que estava previsto. Destacar ainda este ponto como sinal positivo, a diminuição de custos com pessoal, e dos custos e perdas financeiras, face às previsões para o ano de 2010, bem como o superavit económico-financeiro superior a 2.000.000,00€ (dois milhões de euros). Na análise à dívida do Município, o principal factor a destacar, prende-se com uma redução anual da dívida, superior a 2.800.000,00€ (dois milhões e oitocentos mil euros), realce para o facto de esta redução, ter ficado acima do previsto para o respectivo ano de 2010. Recordemos que desde Dezembro de 2007, ano em que antecedeu a aprovação e implementação do Plano de Saneamento Financeiro, regista-se uma redução acumulada da dívida, superior a 6.000.000,00€ (seis milhões de euros), o esforço levado a cabo por este executivo nesta matéria no ultimo ano, é bastante relevante, e demonstra a clara preocupação e o objectivo, de nos próximos anos, permitir que o valor da dívida Municipal fique em linha com o previsto no Plano de Saneamento Financeiro. É visível a diminuição das dívidas com empréstimos bancários de médio e longo prazo, em Dezembro de 2009, esta dívida, era de aproximadamente de 44.000.000,00€ (quarenta e quatro milhões de euros), tendo se verificado em 2010, uma redução superior a 2.500.000,00€ (dois milhões e quinhentos mil euros) desta dívida. Olhando para o endividamento líquido, verificamos uma substancial redução do seu valor no último ano. Embora o Município tenha sofrido uma redução das receitas fiscais e das transferências do estado, como eu atrás referi, o que determinou a diminuição do endividamento líquido relativamente a 2009 e face aos valores estimados no Plano de Saneamento Financeiro, a boa execução, do executivo, permitiu sorver essa diminuição, superando-a em mais de 800.000,00€ (oitocentos mil euros), o limite mínimo de redução que tinha sido imposto. A boa execução financeira superou ainda a redução que estava prevista inicialmente para o endividamento líquido, podemos pois mais uma vez concluir que a boa execução financeira levada a cabo no último ano pelo executivo camarário, é uma realidade na nossa opinião comprovada pelos números. No que respeita a dívida a fornecedores, também neste campo se realça a redução anual de quase 2.000.000,00€ (dois milhões de euros), sendo que a evolução desta dívida, se encontra devidamente enquadrada nos limites de equilíbrio legalmente estabelecidos. Relativamente ao passivo financeiro do Município, referir como nota mais relevante, que o mesmo é actualmente inferior ao previsto pelo Plano de Saneamento

Financeiro. Quanto ao prazo médio de pagamento aos nossos fornecedores, este apresenta um desvio de 78 dias, face ao estimado pelo Plano de Saneamento Financeiro, note-se no entanto e apesar do ano de crise financeira, elevada, que obviamente também tem impacto sobre esta questão, uma evolução positiva, cifrando-se actualmente este prazo médio em 125 dias, quando em 2009, o prazo médio era de 146 dias, recorde-se a este propósito, que o limite legal estabelecido para este efeito é de 180 dias (6 meses). A execução orçamental para o ano de 2010, nomeadamente as receitas obtidas face à despesa Municipal, permitiu, em nossa opinião, claramente, o cumprimento dos valores estimados no Plano de Saneamento Financeiro. Em jeito de conclusão, pensamos que estão a ser cumpridos os grandes compromissos assumidos pelo Executivo no âmbito do Plano de Saneamento Financeiro, fruto de uma gestão financeira rigorosa, competente e que tem objectivos bem definidos. Tivesse tido o mesmo rigor e competência o Governo da Nação, na sua gestão financeira e provavelmente estaríamos todos no início deste ano bem mais optimistas em relação ao futuro económico-financeiro do nosso País. Muito obrigado. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos. =====

===== Muito obrigado, Senhor Presidente. Dar aqui algumas explicações, que são obviamente devidas, relativamente a análise que feita pelas diversas bancadas, e dizer que foi referido por todos, os números são números, e nos números não enganam, e não vale a pena estarmos aqui a martelar os números, e toda a gente reconheceu, que os números estavam bem. Que é verdade! Que se tinha reduzido isto, reduzido aquilo, reduzido aquilo. Bem, depois a conclusão é diferente, mas isso, não é nada que eu não estivesse à espera, portanto não estou aqui surpreendido, nem eu, nem ninguém se surpreenderá com essas visões diferentes. Isto é um pouco a discussão do Orçamento de Estado, na Assembleia da Republica, também estamos a falar de números e portanto depois há uma interpretação, cada partido faz a sua interpretação é como na noite eleitoral todos ganham, só um é que ganha, mas na noite, no balanço, todos ganham e aqui é um pouco semelhante. Queria só tranquilizar, os Oliveirenses relativamente a algumas matérias porque foi aqui muito falado a palavra “incumprimento”. Eu queria dizer o seguinte. O Tribunal de Contas esteve meses na Câmara Municipal de Oliveira de Azeméis a analisar este plano e a acompanhar este plano, bem se tivesse aqui alguma coisa que fosse mal feito, eles não tinham ido embora e ainda cá andavam agora e já nos tinham feito sei lá o quê. Eu acho, é que eles até gostaram de estar cá mais alguns meses para perceber como é que nós estávamos a cumprir, porque segundo o que eles diziam, o que ia por aí, por essas Câmaras fora, era o fim do mundo. E portanto, isso foi dito, pela Inspectoria Chefe, esteve cá, eles viveram cá, quase três meses que andaram aí, e portanto nessa matéria acho que estamos todos tranquilos. Depois vamos lá ver, aquilo que é a legislação que nós temos que cumprir, estamos a cumpri-la, estamos a falar da lei 2/2007, estou a falar do decreto-lei 38/2008, aquelas

obrigações que nós temos claramente de cumprir. Relativamente ao prazo médio de pagamento, também já aqui foi falado no ano passado, é evidente que ele está, ainda, ainda, ainda não atingiu o valor do Plano de Saneamento Financeiro. É verdade! Mas está claramente dentro da legislação, que permite ir até aos 180 dias. E repare, o que acontece, o que acontece, e hoje, nós já percebemos isso, e isto tem a ver com o terreno, é que hoje temos um conjunto de fornecedores, que já querem voltar a trabalhar com a Câmara Municipal de Oliveira de Azeméis, e que cortaram, não nos podemos esquecer que já tivemos prazos médios de pagamentos a chegar aos 500 dias, e hoje estamos com 125, queremos atingir no plano de saneamento financeiro os 47 dias! Vamos lá chegar. Vamos lá chegar aos 47 dias. Agora também é verdade! E eu vou dar este exemplo para que todos percebamos – isto é como nós gerirmos o nosso orçamento, o dinheiro que temos, fazemos um orçamento e assim de um lado vamos ter as receitas dos nossos ordenados, vai ser X, e a meio do ano, dizemos assim: - Oh meu caro, agora não é X, é X menos 528.944,00€ (quinhentos e vinte e oito mil novecentos e quarenta e quatro euros) e portanto estes meses. É que é assim nós não estamos a falar, os números não enganam! Estes 528 (quinhentos e vinte e oito) estavam no orçamento, para serem transferidos e como eu já disse: por um acordo entre o Senhor Sócrates, o Senhor Eng. Sócrates e o Senhor Dr. Pedro Passos Coelho, houve um PEC II e que cortou às Autarquias Locais este valor. Mas nós não fomos avisados com tempo, isto foi na hora, acabou, deixou de vir e não veio, ainda disse: - pode ser que eles se enganem e mandem na mesma o dinheiro, mas não mandaram e portanto obviamente que cresceram as dificuldades, e o esforço foi maior, quem é que foram, também, sacrificados neste esforço? As Juntas de Freguesia. Estão aqui os Presidente de Junta. Mesmo assim no final do ano procuramos recuperar, mas não satisfizemos na plenitude nenhum Presidente de Junta, demos um jeitinho, e tivemos a compreensão espectacular de todos, o partido socialista, o presidente de junta do partido socialista, o Rui Luzes Cabral, Sr. Armindo, Sr. Amaro e todos os Presidentes de Junta do PSD, todos colaboraram e isso eu tenho que o dizer, e foram, e foram, perceberam as dificuldades e obviamente que nós procuramos, compensar, procuramos recupera aqui algumas dessas dificuldades, no final do ano. Mas se me perguntarem, estamos satisfeitos? Conseguimos satisfazer todas? Nem de longe, nem de perto. Portanto todos continuam a querer fazer mais, a cumprir com os compromissos, e nós também como é evidente, agora, conforme foi dito também, “isto é gestão”, e os números é como o algodão, não enganam, obviamente que a apreciação pode ser feita de uma maneira (como já, isto o ano passado foi mais ou menos assim) e de outra, mas, nós estamos tranquilos, porque repare, oh Senhor deputado Francisco Valente, nós mandamos no dia 19 de Janeiro, (não sei a data que mandamos no ano passado) mandamos para o Senhor Secretario do Estado, José Junqueiro e mandamos para o senhor Ministro das Finanças, Teixeira dos Santos, ouça, o Zé Junqueiro, se me pudesse acertar o passo, não tenha dúvidas que ele não hesitava um minutinho que fosse, ele deve já ter visto isto tudo e tal e diz - não lhe consigo chegar, está a ver como você diz que isto é tão fácil cá vir e dizer que estamos a fazer tudo mal, ouça, e você conhece-o bem, tão bem como eu, até somos amigos dele, mas ele

nestas coisas não brinca, não é. E portanto, se pudesse arranjar ali um tipo do PSD que não cumpria, o problema é que ele deve lá ter muitos outros que não cumprem, mas é não cumprem á seria, não é como nós, é que nós, cumprimos a legislação e há outros que nem a legislação cumprem. Esta a perceber. Mas nós, o mal dos outros, não tem nada a ver connosco, nós temos é de governar a nossa casa, e vamos continuar a faze-lo com a compreensão de todos, com o rigor que nos caracteriza, para podermos cada vez mais gerar recursos que nos permitam crescer, e por outro lado cumprir como todos desejamos o Plano de Saneamento Financeiro, como estamos obrigados a faze-lo. Muito obrigado. =====

===== Ponto quatro: Mapa Anual de Pessoal – 2011 – Alteração/ Rectificação; =====

===== Pela Câmara Municipal, foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: Que em 3 de Dezembro de 2010, foi publicado no DR, II Série, nº234, aviso nº25220/2010, o Regulamento de Organização dos Serviços Municipais – Estrutura Nuclear do Município de Oliveira de Azeméis, na sequência da aprovação em reunião de Câmara de 9 de Novembro de 2010 e Sessão extraordinária de Assembleia Municipal de 19 de Novembro de 2010; Que em 31 de Dezembro de 2010, foi publicado no DR, II Série, nº253, deliberação nº2492/2010, o Regulamento de Organização dos Serviços Municipais – Equipas Multidisciplinares e Estrutura Flexível do Município de Oliveira de Azeméis, na sequência da aprovação em reunião de Câmara de 21 de Dezembro de 2010; Que o mapa de pessoal com as necessidades previsionais para o ano de 2011, foi aprovado em reunião de Câmara de 21 de Dezembro de 2010 e Sessão de Assembleia Municipal de 28 de Dezembro de 2010; Que em cumprimento do Decreto-Lei nº 209/2009, de 3 de Setembro (alterada pela Lei nº 3-B/2010, de 28 de Abril) Que de acordo com o nº3 do artigo 5º da LVCR, conjugado com o artigo 3º do Decreto-Lei nº 209/2009, de 3 de Setembro (alterada pela Lei nº 3-B/2010, de 28 de Abril) os mapas de pessoal são aprovados, mantidos ou alterados pela entidade competente para a aprovação da proposta de orçamento; Que foi efectuada proposta para alteração da estrutura flexível do Regulamento de Organização dos Serviços Municipais, proponho: A apresentação da alteração/rectificação do mapa de pessoal, documento este que fica arquivado em pasta anexa ao livro de actas, para apreciação da Câmara Municipal; Que se submeta o mesmo à aprovação da Assembleia Municipal, nos termos do artigo 5º da LVCR, conjugado com o artigo 3º do pelo Decreto-Lei nº 209/2009, de 3 de Setembro e artigo 53º, nº 2, alínea o) e artigo 64º, nº6, alínea a) da Lei nº169/99, de 18 de Setembro, com a redacção dada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, e que essa aprovação retroaja os efeitos à data da aprovação pelo órgão executivo; Que posteriormente se torne público por afixação no órgão/serviço e inserção na página electrónica, em cumprimento do determinado no nº3 do artigo 5º da LVCR.” =====

===== Para dar resposta às intervenções anteriores, o Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos. =====

===== Muito obrigado, Senhor Presidente. Nós estamos a falar. Isto tem que vir à Assembleia Municipal, e portanto, estamos a falar de uma alteração/rectificação, do mapa de pessoal, que já foi aprovado e que já foi também discutido em sede de Assembleia Municipal e já foi aprovado em Reunião de Câmara. E estas alterações aqui servem para fazer, para corrigir alguns lapsos que foram detectados entretanto no mapa anterior, e também, para se proceder aqui a alguns ajustamentos, e reafecções de pessoal, e postos de trabalho, com as alterações de mobilidade interna entre os diversos serviços que entretanto ocorreram. E há também, como eu á pouco disse, na questão da água e do saneamento. Nós mudamos o grau, de uma unidade orgânica, de terceiro grau, para uma divisão municipal, como já estava aliás a funcionar na Câmara Municipal naquilo que diz respeito ao serviço de acompanhamento e fiscalização das obras empreitadas concessões e parcerias, e portanto, também, aqui prevê-se a hipótese de se poder vir a abrir um procedimento concursal para esta situação. E criamos um quadro de pessoal que nos permitia, e que não foi uma primeira opção, é bom que se diga, mas depois de reflectirmos entendemos que era importante fazer, criar esta equipa multidisciplinar, de gestão administração geral e projectos autárquicos, que terá como missão fundamental, coordenar e articular todos aqueles que sejam os projectos estruturantes e transversais a toda a organização, à complexa organização municipal, mas isto também não implica aumento de custos, porque o lugar para esta função, para dirigente, desta equipa multidisciplinar, será feita e será assegurada por contrapartida da mobilidade do dirigente que é hoje o chefe do departamento municipal de administração geral, portanto nesta matéria não há aqui aumento de custos, há aqui, sim, alteração de estrutura a criação de uma equipa multidisciplinar naquilo que tem a ver com agilidade também da gestão e que, a lei hoje nos possibilita a criação destas equipas e nós entendemos que ela vem melhorar os nossos níveis de eficiência que, queremos que sejam cada vez maiores tendo em conta a exigência dos nossos Municípios. Muito obrigado senhor presidente. =====

===== Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição. =====

===== Posto isto, o Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto número quatro à votação, tendo sido deliberado por maioria aprovar a alteração apresentada, com treze abstenções, do PS. =====

===== **Ponto cinco: Protocolo de colaboração a celebrar com a FAMOA – Federação das Associações do Município de Oliveira de Azeméis, para a concretização do evento “IV Concurso Nacional de Instrumentos de Sopro “Terras de La-Salette 2011” – Autorização;** ==

=====
 ===== Pela Câmara Municipal, foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - As atribuições dos Municípios na prossecução de uma política globalizante, de promoção do desenvolvimento local, sociocultural, desportiva e de tempos Livres, previstas designadamente, nas alíneas e), f) e n) do n.º1 do art. 13º, art. 20º, 21º e 28º da Lei n.º 159/99, de 14 de Setembro; - Que a realização de projectos de carácter cultural, recreativa ou de lazer cultivam o espírito de grupo, a inserção na sociedade e ocupação de tempos livres, traduzindo-se em benefícios para as populações e especialmente para as camadas jovens; - Que importa assegurar a criação de condições mais estáveis e adequadas ao desenvolvimento de actividades culturais e consequentemente de valorização e estímulo de iniciativas e projectos a cargo de entidades que já demonstraram capacidade de execução na prossecução desses objectivos, proponho: - Ao abrigo da alínea b) nº 4 do artigo 64º da Lei nº 169/99 de 18 de Setembro, na redacção da Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, que seja aprovada a minuta do Protocolo de Colaboração com a Federação das Associações do Município de Oliveira de Azeméis (FAMOA), documento este que fica arquivado em pasta anexa ao livro de actas, tendo em vista a colaboração institucional para a realização do IV Concurso Nacional de instrumentos de sopro “Terras de La-Salette” 2011 - Se submeta à Assembleia Municipal para ratificação e convalidação de todos os actos entretanto praticados (incluindo realização e assunção de despesas e respectivos pagamentos), com efeitos reportados à data a que os mesmos respeitam ou foram praticados.” =====

=====
 ===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos. =====

=====
 ===== Muito Obrigado, senhor Presidente. Dar-lhe nota que, esta é uma das manifestações, mais importantes, do ponto de vista cultural, no Município de Oliveira de Azeméis, que tem vindo a crescer, tem vindo a ganhar qualidade e tem vindo a ganhar dimensão e prestígio, e isso deve encher-nos a todos de orgulho. O caminho faz-se caminhando. Este concurso nacional, este IV concurso, tem vindo claramente a afirmar-se e tem tido cada vez mais candidatos e concorrentes de todas as partes do País, do Continente e das Regiões Autónomas, e também, isso deixa-nos obviamente satisfeitos. E queria aqui prestar a minha gratidão à FAMOA, pela forma como acarinha, organiza e procura ano após ano sem aumento de custos melhora a performance deste concurso. Muito obrigado. =====

=====
 ===== Aberto o período de inscrições, registou-se o pedido de inscrição do Senhor Ricardo Bastos. =====

=====
 ===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Ricardo Bastos, do PS. =====

===== *Pois, eu no ano passado falei sobre este concurso, e só realçar a hospitalidade que os Oliveirenses dão a esta iniciativa, esta, e uma outra, também, que se realiza também em Loureiro. Só em minha casa ficam 10, acampados. Mas há várias casas, em Oliveira de Azeméis, que recebem muitos destes jovens, adolescentes e alguns já adultos e que sem essa hospitalidade, gratuita, de tantos Oliveirenses, se calhar o sucesso não era tanto. Queria só realçar essa hospitalidade dos Oliveirenses.* =====

===== *Usando da palavra o Senhor Presidente da Câmara, disse:* =====

===== *Senhor Presidente. Deixe-me só subscrever integralmente as palavras do Ricardo Bastos, é evidente que se deve-se realçar, essa postura e a forma dos Oliveirenses receberem as pessoas.* =====

===== *Posto isto, o Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto número cinco à votação, tendo sido deliberado por unanimidade autorizar a celebração do Protocolo de colaboração com a FAMOA – Federação das Associações do Município de Oliveira de Azeméis, para a concretização do evento “IV Concurso Nacional de Instrumentos de Sopro “Terras de La-Salette 2011* =====

===== ***Ponto seis: Protocolo de colaboração a celebrar com a FAMOA – Federação das Associações do Município de Oliveira de Azeméis, para a concretização do evento “Curso Carnavalesco” – Autorização;*** =====

===== *Pela Câmara Municipal, foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - As atribuições dos Municípios na prossecução de uma política globalizante, de promoção do desenvolvimento local, sociocultural, desportiva e de tempos Livres, previstas designadamente, nas alíneas e), f) e n) do n.º1 do art. 13º, art. 20º, 21º e 28º da Lei n.º 159/99, de 14 de Setembro; - Que a realização de projectos de carácter cultural, recreativa ou de lazer cultivam o espírito de grupo, a inserção na sociedade e ocupação de tempos livres, traduzindo-se em benefícios para as populações e especialmente para as camadas jovens; - Que importa assegurar a criação de condições mais estáveis e adequadas ao desenvolvimento de actividades culturais e conseqüentemente de valorização e estímulo de iniciativas e projectos a cargo de entidades que já demonstraram capacidade de execução na prossecução desses objectivos, proponho: - Ao abrigo da alínea b) nº 4 do artigo 64º da Lei nº 169/99 de 18 de Setembro, na redacção da Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, que seja aprovada a minuta do Protocolo de Colaboração com a Federação das Associações do Município de Oliveira de Azeméis (FAMOA), documento este que fica arquivado em pasta anexa ao livro de actas, tendo em vista a colaboração institucional para a concretização do tradicional Curso Carnavalesco. - Se submeta à Assembleia Municipal.”* =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos. =====

===== Como alguém já disse “ o maior evento cultural do Município de Oliveira de Azeméis”, eu quero dizer que, é uma iniciativa que tem vindo a ganhar, uma importância cada vez maior, que é dada, quer pelos participantes, quer pelo número de espectadores, que têm ano após ano aumentado de forma considerável. Só quando chove mesmo muito, muito, muito, mas, tem sido uma constante, quer a melhoria do “curso”, quer o número de pessoas que vêm assistir e portanto, julgo que é de elementar justiça que se renove, ou que se faça este protocolo, com a FAMOA, pelo valor de 12.500,00€ (doze mil e quinhentos euros). Muito obrigado. =====

===== Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição. =====

===== Posto isto, o Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto número seis à votação, tendo sido deliberado por unanimidade autorizar a celebração do Protocolo de colaboração com a FAMOA – Federação das Associações do Município de Oliveira de Azeméis, para a concretização do evento “Curso Carnavalesco”. =====

===== **Ponto sete: Adenda ao contrato-programa de desenvolvimento desportivo – Grupo desportivo de S. Roque – Autorização;** =====

===== Pela Câmara Municipal, foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - Que em 07 de Janeiro de 2011 foi celebrado Contrato Programa Desenvolvimento Desportivo entre o Município de Oliveira de Azeméis e o Grupo Desportivo de S. Roque; - Para concretização do seu objectivo há necessidade de proceder à alteração das cláusulas primeira e quarta do referido protocolo, proponho: - Seja aprovada a minuta da Adenda ao Contrato Programa Desenvolvimento Desportivo – Grupo Desportivo de S. Roque, documento este que fica arquivado em pasta anexa ao livro de actas, devendo o encargo e despesas resultante desta Adenda, ser imputados como custo ao exercício de 2010; - Se submeta a presente proposta à Assembleia Municipal para efeitos do determinado na alínea m) do nº 2 do art. 53º da Lei nº 169/99 de 18 de Setembro na redacção dada pela Lei nº 5-A/2002 de 11 de Janeiro.” =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos. =====

===== Muito obrigado, Senhor Presidente. Dar-lhe nota do seguinte, até para que não suscite qualquer dúvida relativamente a estes apoios e a estas adendas, estes contratos. O Grupo Desportivo de S. Roque solicitou à Câmara Municipal um apoio extraordinário, tendo em

conta a recuperação extraordinária que estava a fazer do seu passivo financeiro. Dívidas com o fisco; dívidas com a segurança social e dívidas com fornecedores que estavam já em incumprimento judicial. E portanto, procuraram junto da sociedade civil de S. Roque, junto das forças vivas de S. Roque encontrar uma solução, que permitiria ao S. Roque, ao Clube S. Roque ultrapassar este momento difícil e, solicitaram também o apoio à Câmara Municipal, e eu acho que apesar das dificuldades, nós não podíamos ficar indiferentes, à recuperação que foi feita, porque nestas matérias ou se deixa cair os barcos, e se deixa que tudo fique mal, ou então arregaça-se as mangas e procura-se encontrar solução, e foi isso que as gentes de S. Roque fizeram, com a junta de freguesia de S. Roque, com a sociedade civil, encontraram soluções, resolveram o problema, ultrapassaram o problema, apesar de viverem dificuldades como todos, mas, esta fase foi ultrapassada. E nós, Município não devíamos ficar indiferentes, e por isso nós decidimos compartilhar este esforço, foi um esforço a rondar os 100.000,00€ (cem mil euros), nós decidimos compartilhar em 30%, e dividi-lo em dois exercícios económicos, e por isso é que estamos aqui a aprovar o subsídio extraordinário de 15.000,00€, (quinze mil euros), uma adenda ao contrato de 15.000,00€ (quinze mil euros). E dizer-lhes também, para este ponto e para o ponto seguinte. Dizer-lhes também, que vamos agora, nos próximos tempos, trabalhar, com a FAMOA, num registo de proximidade, recolher sugestões, com os Senhores Deputados Municipais, com todo o Executivo, procurar encontrar uma solução, que, voltemos num espaço curto de tempo, a poder de forma transparente, objectiva, com planeamento feito, voltar a apoiar as nossas colectividades. Sabemos que, neste momento, e elas foram compreensivas, na altura do plano de saneamento financeiro, onde se fez também um plano de pagamentos e onde se foi cumprindo com todas as obrigações, depois foram interrompidos os apoios, e, julgo terá chegado o momento de voltarmos a sentar à volta de uma mesa e poder voltar a apoiar com mais intensidade, o nosso movimento associativo. Neste caso concreto, trata-se de um subsídio e de um apoio extraordinário. =====

===== Aberto o período de inscrições, registou-se o pedido de inscrição do Senhor Bruno Aragão. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Bruno Aragão, do PS. =====

===== Senhor Presidente. Desde já cumprimentar as pessoas, enfim, há pouco, com o calor da discussão, não tive oportunidade de o fazer, fica aqui a minha correcção. Sobre este ponto, Senhor Presidente desde já agradeço, as suas explicações, mas tenho de fazer aqui algumas considerações. Primeiro facto, como bem disse, que às vezes ficava espantado, com algumas declarações, sobre eventos desportivos de dimensão relevante, e estou a usar as suas palavras, peço desculpa. Mas não devia ficar, naturalmente que esse tipo de eventos merece, algum tipo de comentários, dependendo da visão, que cada pessoa tem sobre isto. E a questão é

porque, às vezes utilizamos estas coisas para consumo interno, não que isso tenha mal nenhum, mas ao contrário daquilo que disse, a imagem, não é o fim, e nunca será, é sempre um meio para atingir determinada coisa. E como disse “no Período de Antes da Ordem do Dia”, quando os conceitos competem, competem com coisas visíveis, não competem com imagens e isso não traz interesse, não traz vantagem para ninguém, eu dou um exemplo “Portugal no Coração” esteve cá ontem, muito bem, sim senhora, fantástico, ninguém põem isso em causa. Alguém sabe onde foi a última terra, onde esteve o Portugal no Coração? Antes de ir a UL. Já ninguém se lembra. Não é que não seja importante terem vindo cá, mas o que eu quero dizer. Só um momento, o que eu quero dizer. =====

===== O senhor Presidente da Assembleia interrompeu o Senhor Bruno Aragão, para dizer: =====

===== Senhor deputado desculpe interromper, mas estamos a falar do ponto sete. =====

===== O senhor Bruno Aragão voltou a usar da palavra: =====

===== Exactamente, mas é para enquadrar este ponto. No fim se entender que não faço. Porque estas coisas, não que não sejam importantes, mas têm que se relativizar, num contexto muito mais alargado. E neste ponto e faço a minha intervenção para o ponto sete e oito. Sem prejuízo para as Associações, e o Senhor Presidente já explicou aqui esses motivos. Eu aproveito para dar as tais soluções, ou algumas das soluções que o Senhor Presidente queria. De facto, uma coisa é a transparência, que é sim senhor, vamos dar estes 15.000,00€, (quinze mil euros), e 15.000,00€ (quinze mil euros) no próximo ano, para ajudar esta associação, por exemplo no caso do ponte sete, a cumprir este esforço, o esforço que está a fazer agora. Outra questão é o rigor, e é uma coisa diferente. E o rigor, aí é que entram este tipo de soluções, algumas das quais nós queríamos propor. Rigor é, dizer assim: Bom, nós temos um conjunto de colectividades; com diferentes modalidades; com diferentes números participantes; com diferentes tipos instalações físicas, umas com relvado sintético, outras sem relvado sintético, outras ainda com piso em terra batida. E, tendo em conta determinado tipo de critérios, o que a Câmara Municipal propõem: Bom, ponderando estas questões todas, aquilo que a Câmara Municipal, vai á cabeça, isto é no início do ano, dizer é: Damos tanto de verba. Isso permitia duas coisas. Primeiro, que as Associações, consigam gerir o seu orçamento e as actividades, que podem ou não fazer, de determinada forma, á priori sabem aquilo com que contam. E a Câmara Municipal também, isto é, sabe aquilo, que cada ano se compromete, ou que se pode comprometer com cada associação e permite também fazer naturalmente da parte da Câmara uma outra gestão do seu orçamento. Esta é uma solução possível, e isto sim, tem a ver com rigor. Dizer, temos tantas colectividades, cada colectividade tem este tipo de especificidades, e,

nesta lógica, aquilo que nós propomos, com estes critérios objectivos que qualquer pessoa conhece, é uma coisa deste género. Como disse isto não. Sem prejuízo para este protocolo e o que vem a seguir, que as associações estão a precisar neste momento. Mas esta pode ser uma solução, tal como o Senhor Presidente agora frisou, de colmatar este tipo de questões, até, ainda na última Assembleia penso eu coloquei a questão daquele protocolo que se tinha feito com as Associações para cumprir os pagamentos que tinham ficado atrasados, acho que uma vez cumprido o protocolo e sanadas essas questões, pode ser um óptimo momento para pensarmos nestas colectividades e noutras colectividades, mais a longo prazo, ou no mínimo a médio prazo. Muito obrigado. =====

===== No uso da palavra, o Senhor Presidente da Câmara, disse: =====

===== Posso só dar um esclarecimento, Senhor Presidente. Eu julgo que é oportuno. Eu sugeria ao Bruno Aragão, para que não tivesse nenhuma dúvida, que agora nos próximos tempos se pudesse encontrar o Senhor Joaquim, de S. Roque, mas o Senhor Amaro talvez lhe possa explicar o porquê, deste protocolo. Julgo que era importante para estar devidamente esclarecido. =====

===== Posto isto, o Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto número sete à votação, tendo sido deliberado por unanimidade autorizar a celebração da adenda ao contrato-programa de desenvolvimento desportivo – Grupo desportivo de S. Roque =====

*===== **Ponto oito: Adenda ao contrato-programa de desenvolvimento desportivo – Futebol Clube Cesarense – Autorização;** =====*

===== Pela Câmara Municipal, foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - Que em 11 de Janeiro de 2011 foi celebrado Contrato Programa Desenvolvimento Desportivo entre o Município de Oliveira de Azeméis e o Futebol Clube Cesarense; - Para concretização do seu objectivo há necessidade de proceder à alteração das cláusulas primeira e quarta do referido protocolo, proponho: - Seja aprovada a minuta da Adenda ao Contrato Programa Desenvolvimento Desportivo – Futebol Clube Cesarense, documento este que fica arquivado em pasta anexa ao livro de actas, devendo o encargo e despesas resultante desta Adenda, ser imputados como custo ao exercício de 2010; - Se submeta a presente proposta à Assembleia Municipal para efeitos do determinado na alínea m) do nº 2 do art. 53º da Lei nº 169/99 de 18 de Setembro na redacção dada pela Lei nº 5-A/2002 de 11 de Janeiro.” =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos. =====

===== Senhor Presidente, muito obrigado. Estamos a falar do valor de um valor de protocolo com o futebol Clube Cesarense, por, no valor de 5.000,00€ (cinco mil euros), uma adenda ao protocolo de 5.000,00€ (cinco mil euros) pela colocação nas costas das camisolas do Futebol Clube de Cesarense, clube que milita na segunda divisão nacional, da logo marca “Azeméis é Vida”, e, portanto, como também já tive a oportunidade de explicar, vamos, e na sequencia do ponto anterior, vamos criar, vamos procurar encontrar um regulamento, que permita dar mais apoios a todo o movimento associativo, mas achamos que este se justifica, e foi um compromisso assumido, aliás até na presença do Senhor Presidente da Assembleia Municipal e cá estamos para honrar os nossos compromissos, e para assumir as nossas responsabilidades e, portanto, aqui estamos para ainda no exercício económico de 2010 poder aprovar este valor de 5.000,00€ (cinco mil euros) e depois em 2011 completar com aquele que foi o nosso compromisso com esta colectividade. =====

===== Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição. =====

===== Posto isto, o Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto número oito à votação, tendo sido deliberado por unanimidade autorizar a celebração da adenda ao contrato-programa de desenvolvimento desportivo com o Futebol Clube Cesarense =====

===== **Ponto nove: Operação de parcelamento urbano da Zona Desportiva de Oliveira de Azeméis – Aprovação;** =====

===== Pela Câmara Municipal, foi apresentada a seguinte proposta “1. A Zona Desportiva de Oliveira de Azeméis tem sido implementada com o comum acordo dos seus intervenientes sem, contudo, estarem reunidos, ainda, todos os documentos necessários à clarificação da situação do parcelar e a sua actual ocupação. 2. Considerando: **a)** as diversas diligências encetadas, desde 1982, com a União Desportiva Oliveirense; **b)** a necessidade de requalificação do espaço público que serve os equipamentos, nomeadamente piscinas municipais, pavilhões desportivos e campo de treinos; **c)** a identificação e necessidade de integração de outros proprietários neste processo, para além do Município de Oliveira de Azeméis e da União Desportiva Oliveirense. 3. Urge a 112 30 06 2009 implementação de um conjunto de acções para correcção e parcelamento urbano da área de intervenção, tendo, neste âmbito, sido identificados dois procedimentos distintos: **a)** a realização de uma permuta de terrenos do Município Oliveira de Azeméis com a União Desportiva Oliveirense, consistindo em: i) a U.D.O., na qualidade de proprietária dos prédios rústicos 89, 100, 101, 102, 108 e 1440, afectará: do Art. 89 a área de 2923m² para afectar ao Domínio público; do Art. 100 a área de 5.256m² para afectar ao Domínio público; do Art. 101 a área de 3.151m² para afectar ao Domínio público e 19m² para afectar ao domínio privado do Município; do Art. 102 a área de 659m² para afectar ao Domínio público e 135m² para afectar ao domínio privado do

Município; do Art.º 108 a área de 2513m² para afectar ao Domínio público e 3.757m² para afectar ao domínio privado do Município; do Art.º 1440 a área de 411m² para afectar ao Domínio público, sendo atribuído valor a estas áreas a ceder no montante de € 2.004.999,26 (dois milhões, quatro mil novecentos e noventa e nove euros e vinte e seis cêntimos); ii) o Município, na qualidade de proprietário dos prédios sitos na Av. Ferreira de Castro, na freguesia de Oliveira de Azeméis, permutará 826m² a destacar do prédio rústico, que se encontra omissa a matriz; e 829m² a destacar de um outro prédio rústico omissa, cuja inscrição destes prédios já foram apresentados no Serviço de Finanças, e o prédio Urbano 3312, atribuindo-se valor a estas áreas a ceder no montante de € 177.184,3 + € 1.039.094,94, perfazendo o montante de € 1.216.279,24. (um milhão duzentos e dezasseis mil duzentos e setenta e nove euros e vinte e quatro cêntimos); Sendo atribuído, para efeitos de permuta, o valor de € 2.004.999,26 (dois milhões, quatro mil novecentos e noventa e nove euros e vinte e seis cêntimos); **b)** a aquisição dos seguintes prédios rústicos para execução do projecto de espaço público consentâneo com a ocupação existente e prevista, mediante conversação prévia com os respectivos proprietários: i) artigos 98 e 99, da freguesia de Oliveira de Azeméis, pertencente a Herdeiros de Ilídio Santos Correia, pelo montante global de € 232.260,00 (duzentos e trinta e dois mil duzentos e sessenta euros); ii) artigo 97, da freguesia de Oliveira de Azeméis, pertencente a Agostinho Augusto Soares da Costa, casado, e a Maria Arlinda Soares da Costa Alves Rosa, casada, pelo montante de € 303.050,00 (trezentos e três mil e cinquenta euros); iii) 600 m² a destacar do artigo 104, da freguesia de Oliveira de Azeméis, pertencente a Manuel Fernandes de Almeida, casado, pelo montante de € 60.000,00 (sessenta mil euros). **4.** Para fundamentação dos valores enunciados anexam-se os seguintes documentos: **a)** Planta da situação existente; **b)** Planta com área necessária à CMOA; **c)** Planta com área necessária à UDO; **d)** Extracto de Relatório de Avaliação da Operação de Reparcelamento da Zona Desportiva de Oliveira de Azeméis; **e)** Extracto de Relatório de Avaliação do terreno para construção localizado em Lações de Cima, Oliveira de Azeméis; **5.** Face ao exposto proponho a aprovação dos procedimentos descritos no ponto 3, permuta de terrenos e aquisições, para que possamos proceder às respectivas escrituras públicas e actualização dos documentos de reparcelamento urbano” =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos. =====

===== Muito obrigado, Senhor Presidente. Eu vou, se o Senhor Presidente me autorizar, eu depois pedia ao senhor Vice Presidente que, pudesse dar uns esclarecimentos suplementares, eu daria só, faria uma introdução inicial, que tem a ver com esta operação de reparcelamento urbano, que já foi aprovada em Reunião de Executivo Camarário e que, tem a ver que, permitiu depois a permuta, entre a Câmara Municipal e a União Desportiva Oliveirense, com terrenos, onde, no caso concreto, a Câmara Municipal utilizou solo, da União Desportiva Oliveirense, na

construção, do pavilhão municipal e do complexo das piscinas, e, portanto, basicamente, resumidamente, este é o objecto desta deliberação da Câmara que agora vem à Assembleia Municipal, mas eu par mais pormenores, se o Senhor Presidente autorizar, dava a palavra ao Senhor Vice-Presidente. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos. =====

===== Muito boa noite a todos. Na sequência do que disse o Senhor Presidente, esta proposta, prende-se com a necessidade de regularizar toda a urbanização e edificação na actual zona desportiva de Oliveira de Azeméis. Conforme, consta aqui do ponto dois, dos considerandos da proposta. Desde 1982, que tem havido uma relação com a União Desportiva Oliveirense, entre o Município e a União Desportiva Oliveirense, que tem permitido que, por diversas vezes, sempre que haja a necessidade pública de fazer alguma intervenção naquela área, que hoje corresponde à actual zona desportiva, tem sido feita com o consentimento dos responsáveis do Oliveirense desde então até hoje, mas tudo isso, todas as construções e toda a urbanização que foi feita, hoje, já está, em condições de se poder regularizar. Como vocês podem se aperceber dos diversos documentos anexos, isto, trata-se de um processo com alguma complexidade, trata-se de uma intervenção numa área de cerca de 68000m², dividida em várias parcelas, propriedade de diversos proprietários, umas entidades e outros particulares, e, portanto, para regularizar todas as construções existentes, os pavilhões, campos de jogos, os arruamentos, as áreas de estacionamento, as áreas verdes, a opção que foi tomada, a operação urbanística, foi; Unificar todas estas parcelas que no fundo correspondem a 16 prédios, que estão aqui identificados, unificar num lote único e, depois então, reparcelar, ou tornar a constituir parcelas, depois em função das diversas construções, que existem efectivamente no terreno, e por isso, esta operação, se chama operação de reparcelamento. Para isto acontecer conforme aqui está identificado, é necessário realizar dois tipos de negócios jurídicos. Um tem a ver com a realização de uma permuta, dos terrenos, do Município de Oliveira de Azeméis com a União Desportiva Oliveirense, e por outro lado terrenos que são da União Desportiva Oliveirense, que estão todos aqui identificados, com o Município de Oliveira de Azeméis. Por outro lado, é necessário, aprovar aqui também, a aquisição de prédios rústicos, a determinados particulares que foram ocupados entretanto para abertura de arruamentos e para a constituição de todo aquele espaço. Portanto, hoje o que aqui está presente é, sinteticamente, para regularizar toda a edificação e urbanização, na zona desportiva, é necessário se proceder a um reparcelamento urbano, e para se realizar esse reparcelamento, é necessário realizar-se estes dois negócios jurídicos, que aqui estão perfeitamente identificados. Existem avaliações que estão aqui anexas, o negócio é transparente, e, portanto, está em condições de ser apreciado e aprovado. =====

===== Aberto o período de inscrições, registou-se o pedido de inscrição dos Senhores Dr. Fernando Pais Ferreira e Dr. Miguel Portela. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Dr. Fernando Pais Ferreira, do PS. =====

===== Antes de mais, eu quero que fique bem claro que, a posição do Partido Socialista quanto a esta matéria, e, obviamente que não vamos inviabilizar, esta proposta de permuta, nem o negócio que está aqui feito. Nós, obviamente, não temos nada contra a Oliveirense e entendemos que, inclusivamente que, a Oliveirense neste momento em termos de colectividade desportiva, é facto um símbolo em Oliveira de Azeméis, se calhar o seu símbolo maior. Portanto, nós, não estamos, em desacordo, absoluto, com nenhuma ajuda do ponto de vista financeiro, à União Desportiva Oliveirense, instituição que prezamos, e que, face aos últimos resultados desportivos nos orgulha, e que, esperemos muitos êxitos desportivos. O que nós vimos aqui dizer, Senhor Presidente, é de facto, lembrar um pouco do que foi a gestão camarária do PSD, durante todos estes anos. E, de facto, há aqui muita gente, até eu próprio, não sabia disto, porque de facto, a colaboração com a Associação Desportiva Oliveirense, já vem desde 1982, mas, nós não podemos esquecer o passado, ou seja. Porque é que isto aconteceu? Porque é que é isto? Repito que não há nada contra a Oliveirense, eu próprio, sou amante da actividade desportiva, e do futebol em particular. E, entendo que, a União Desportiva Oliveirense merece ser apoiada. O que se passa aqui, é que, nós temos de recuar alguns anos. E aqui há uns anos atrás, estes terrenos, que agora se pretende permutar com o Município, eram terrenos que pertenciam ao Município, ou seja; eram terrenos que em tempo, foram dados, à União Desportiva Oliveirense no sentido de fazer infra-estruturas, infra-estruturas essas que foram feitas e, parte desses terrenos, foram considerados parcelas sobrantes. Ou seja, os terrenos foram dados para utilização de equipamentos desportivos e, foram de facto, parte do terreno não foi utilizado. O Partido Socialista na altura entendia e bem, que de facto, havia de haver uma cláusula de reversão, como há nas expropriações de utilidade pública, em que fizesse reverter os terrenos à posse do Município caso não fossem utilizados pelo Oliveirense. É óbvio que, isto, penso eu, seria a maneira mais correcta, a gestão, mais clara e coerente, no sentido de fazer isto. É óbvio que, agora passado este tempo todo, é óbvio que, os terrenos são da União Desportiva Oliveirense, e, obviamente, que, relativamente a este desenho, que aqui se pretende efectuar, nós obviamente, rigorosamente, não o pretendemos de forma alguma obstaculizar esta situação. O que nós pretendemos chamar à atenção, é que, as ajudas aos clubes são sempre positivas, são sempre de enaltecer, só que, o Município de facto deve estabelecer situações em que permita defender os seus interesses, além de tudo o mais, de facto, como o Senhor Vice Presidente diz, a Câmara Municipal anda sempre ao contrário. Ou seja; Primeiro constrói no terreno alheio e depois regulariza. É evidente que, obviamente que, isto fragilizara a posição

negocial do Município Oliveirense. Portanto, são estas as chegadas que quero aqui dar, sem no entanto dizer que não vamos obstaculizar a realização deste negócio. Muito obrigado. =====

===== Seguidamente, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Dr. Miguel Portela, do CDS/PP. =====

===== Mais ou menos o que eu vinha dizer, já foi dito pelo Dr. Pais Ferreira. Não se trata do valor que Oliveirense tem para todos nós, realmente é um clube que, tem todo o nosso carinho. Agora. Houve por aquilo que eu me apercebi, isto já vem de outros anos atrás uma incoerência de procedimentos em vários aspectos. Parece-nos que a autarquia construiu nos terrenos, que pelo vistos a minha ideia era correcta, que não lhe pertencia, pertencia à União Desportiva Oliveirense. Os próprios terrenos teriam sido dados à Oliveirense anteriormente, e posteriormente é que lá se construiu. Pareceu-nos que houve uma atrapalhação evidente em todo este processo e que deviam ser acauteladas, e não remediadas de futuro. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos. =====

===== Senhor Presidente, o Senhor Vice-Presidente vai dar uma explicação técnica. Deixe-me só dar aqui uma nota, porque as pessoas às vezes sem nenhuma intenção podem estar a criar algum ruído, que não é desejável nestas matérias. Que fique aqui claro que, ninguém está a ajudar o Oliveirense. A Câmara Municipal construiu num terreno do Oliveirense, umas piscinas, e porque é que construiu, naquele local? Julgo que é o melhor local para essas piscinas, e tinha a pressão sobre ela também do QCA III, porque aquelas piscinas não foram financiadas pelo QREN, foram financiadas pelo QCA III, já o pavilhão é diferente, já foi financiado pelo QREN, mas, também por isso é que há esta operação que o Executivo Municipal fez, portanto, que não passe aqui a ideia que, há aqui ajuda, há aqui isto, há aqui aquilo, não, há aqui a regularização desta situação, uma vez que estão construídas as infra-estruturas, e, portanto, houve aqui uma permuta de terrenos, onde claramente em termos de valores a Oliveirense até sai prejudicada, tendo em conta o valor do terreno que a Oliveirense tinha e o valor do terreno que lhe é permutado. Mas agora, julgo que há uma dúvida técnica, que o Senhor Vice-Presidente, que lhe foi suscitada e poderá esclarecer. =====

===== O Senhor Presidente da Câmara delegou no Senhor Vice-Presidente o uso da palavra, para prestar esclarecimentos. =====

===== Uma pequena correcção, e eu até, pedia depois ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal e, aos Senhores Deputados que, se fizesse esta rectificação que é a seguinte. A operação de reparcelamento que é o que está hoje a ser objecto de aprovação, esta

operação de reparcelamento é da competência da Câmara Municipal. É uma operação urbanística, e compete à Câmara Municipal a sua aprovação. O que aqui se quis demonstrar e explicar é que para este reparcelamento, são necessários a realização destes dois negócios jurídicos, portanto, o que se pode é: é a aprovação dos negócios referidos no ponto três, da proposta, com vista à operação de reparcelamento. É um preciosismo, mas os negócios estão sujeitos à aprovação da Assembleia Municipal e a operação urbanística é da competência da Câmara Municipal. =====

=====O Senhor Presidente da Assembleia no uso da palavra perguntou se alguém se opunha a esta rectificação =====

===== Posto isto, o Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto número nove à votação, tendo sido deliberado por maioria, com doze abstenções, do PS, aprovar a operação de reparcelamento urbano da Zona Desportiva de Oliveira de Azeméis, =====

*===== **Ponto dez: Proposta de colocação de sinalização vertical na Rua da Lomba, freguesia de Carregosa – Aprovação;** =====*

===== Pela Câmara Municipal, foi apresentada a seguinte proposta: “Tendo em conta: 1 - que o ponto em que é feita a entrada e saída de viaturas de e para a empresa Ferpinta, na Rua da Lomba, freguesia de Carregosa, não permite a visualização das viaturas em manobras de forma atempada. Propõe-se: a) - com o objectivo de melhorar as condições de segurança do local, a colocação de um sinal vertical A29 (outros perigos) com placa adicional modelo nº 14 (viaturas em manobras a 150 metros) no sentido norte-sul e, a colocação de um sinal vertical A29 (outros perigos) com placa adicional modelo nº 14 (viaturas em manobras a 100 metros) no sentido sul-norte. A sinalização vertical deverá ser colocada de acordo com o Decreto Regulamentar nº 22-A/98, de 01 de Outubro, com as alterações introduzidas pelo Decreto Regulamentar nº 41/2002, de 20 de Agosto.” =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos. =====

===== Muito obrigado Senhor Presidente. Estamos a falar de uma autorização para a colocação de um sinal vertical na rua da Lomba na Freguesia de Carregosa, o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Carregosa não tem nada a opor à colocação deste sinal, eu julgo que foram cumpridas todas as questões relativamente a estas matérias, Senhor Presidente. ===== Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição. =====

=====
 ===== *Posto isto, o Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto número dez à votação, tendo sido deliberado por unanimidade autorizar a proposta de colocação de sinalização vertical na Rua da Lomba, freguesia de Carregosa.* =====

=====
 ===== **Ponto onze: Proposta de postura de trânsito – Estacionamento proibido na Rua João Borges Almeida, desde o Largo da Igreja até à Rua da Saudade, freguesia de Carregosa – Aprovação:** =====

=====
 ===== *Pela Câmara Municipal, foi apresentada a seguinte proposta: “Tendo em conta: 1 - que a Rua João Borges de Almeida não apresenta passeios e que o pavimento da via está degradado, verificou-se ainda, que existe a necessidade de proibir o estacionamento entre o entroncamento da Rua João Rua da Saudade, até ao Largo da Igreja Matriz, propõe-se: a) - que seja implantado um sinal C16 (paragem e estacionamento proibidos) no sentido nascente-poente após o entroncamento da Rua João Borges de Almeida e a Rua da Saudade. Na implementação dos sinais deve ser respeitado o Decreto Regulamentar nº 22-A/98, de 01 e Outubro, com as alterações introduzidas pelo Decreto Regulamentar nº 41/2002, de 20 de Agosto.”* =====

=====
 ===== *O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos.* =====

=====
 ===== *É um pouco à semelhança da explicação que foi dada para o sinal, portanto também, obviamente que consultada que foi a Junta de Freguesia e todo o procedimento também foi um procedimento normal e precisa de ser aprovado em sede de Assembleia Municipal.* ==

=====
 ===== *Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição.* =====

=====
 ===== *Posto isto, o Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto número onze à votação, tendo sido deliberado por unanimidade autorizar a proposta de postura de trânsito – Estacionamento proibido na Rua João Borges Almeida, desde o Largo da Igreja até à Rua da Saudade, freguesia de Carregosa.* =====

=====
 ===== **Ponto doze: Proposta de revisão do Regulamento do Conselho Municipal de Segurança – Aprovação.** =====

=====
 ===== *O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos.* =====

=====
 ===== *Muito obrigado, Senhor Presidente. Já hoje assistimos e com satisfação à tomada de posse deste Conselho Municipal de Segurança. Temos agora o regulamento para discutir, o*

regulamento, é um regulamento muito simples, mas eu queria aqui assumir um compromisso, com todos, com a Assembleia Municipal, que é, do cumprimento em termos de reuniões do Conselho Municipal de Segurança. Ou seja: O conselho deve reunir, trimestralmente, e, portanto, nós vamos contar o ano 2011, e por isso o Senhor Presidente da Assembleia Municipal fez questão de dizer que no dia 14 de Março, seria a primeira reunião deste Conselho Municipal de Segurança. Atendendo, não vou estar agora, porque eu julgo que o regulamento é muito simples, mais do que regulamento, é preciso é agilizar procedimentos, tomar iniciativas e medidas que visem aumentar a segurança do Município de Oliveira de Azeméis, porque infelizmente, nos últimos tempos também tem tido alguns problemas, as autoridades queixam-se muito da falta de efectivos, mas, acima de tudo é importante que se reflecta com a abrangência que está reflecta neste Concelho e que se possam dar sugestões e tomar iniciativas para melhora a segurança do Município, portanto, mais do que o regulamento alínea, ou qualquer ponto em concreto, eu gostaria de aqui assumir o compromisso de reunirmos com frequência e depois ser mostrado à Assembleia Municipal o trabalho que é desenvolvido neste Concelho. Muito obrigado. =====

===== Aberto o período de inscrições, registou-se o pedido de inscrição do Senhor Dr. Miguel Portela. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Dr. Miguel Portela, do CDS/PP. =====

===== Como deve ser a minha ultima intervenção, queria fazer aqui a “mea culpa” ao Dr. Hermínio Loureiro. Ele não percebeu e normalmente sou sincero quando falo. Quando eu lhe falei, sobre o saneamento e que medidas pensava tomar, depois falei com Dr. Ricardo Tavares, eu pensava que eram cisternas. Realmente se a situação é a que é, eu peço desculpa e aí não há volta a dar, temos que esperar pelo saneamento. Eu normalmente mando as coisas directamente, não mando à volta, foi um mau entendimento da minha parte. Em relação a este ponto doze, o CDS só trazia aqui duas ou três sugestões, se é que poderão ser aceites. Perguntava eu sendo Regulamento, carece de ir a discussão pública? Não. Pronto tínhamos essa dúvida, porque tínhamos a ideia que, senão era regimento, não ir a discussão pública. Pronto, tudo bem. Em relação a uma alínea que se fala no responsável da Protecção Civil, vínhamos lembrar, o Comandante Operacional Municipal se calhar estava na altura de eleger isso, para dar um cabimento mais forte a essa situação. Fala-se em dois sindicatos, não sei se seria de termos só dois delegados sindicais aqui na área de Oliveira de Azeméis, se haveria mais, não sei se teriam de estar todos representados, se calhar se pudesse dar mais voz a outros intervenientes activos não se perderia nada com isso. E para finalizar, já falamos aqui á um tempo a trás exaustivamente do REP, o REP do valor que tem para o nível da protecção civil, não seria se calhar de pensar em introduzi-los também nesta Comissão? Esperemos nunca precisar deles,

mas já houve situações em que foram precisos, porque não pensar em inclui-los também preventivamente. Muito obrigado. =====

===== Posto isto, o Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto número doze à votação, tendo sido deliberado por unanimidade aprovar a proposta de revisão do Regulamento do Conselho Municipal de Segurança =====

*===== **Ponto treze: Protocolo de Colaboração a celebrar com o CentroDial – Centro de Hemodiálise, SA – Autorização.** =====*

“Considerando: - O Objectivo estratégico de promoção da qualidade de vida e bem-estar da população; - Que o centro Dial é titular e explora uma unidade de diálise, sita na Rua Francisco Abreu e Sousa, em Lações de Cima, 3720 Oliveira de Azeméis, devidamente licenciada, na qual presta tratamentos de hemodiálise aos seus utentes; - O disposto no art.º 8.º do Decreto-Lei n.º 505/99 de 20 de Novembro, com a redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 241/2000 de 26 de Setembro e o ponto 3 do Despacho n.º 14391/2001 de 10 de Julho, proponho: A aprovação da minuta do protocolo de colaboração a celebrar com a CentroDial – Centro de Hemodiálise, SA., documento este que fica arquivado em pasta anexa ao livro de actas, que visa estabelecer os termos da colaboração e articulação institucional com o objectivo de garantir um fluxo de informação regular relativa à qualidade da água a fornecer, bem como fixar a forma de contacto entre as partes, designadamente, quando ocorram situações com carácter de urgência, ao abrigo da alínea b) n.º 4 do artigo 64.º da Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro na redacção da Lei n.º 5-A/2002 de 11 de Janeiro. – Que seja remetida à Assembleia Municipal, para os devidos efeitos.” =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos. =====

===== Muito obrigado, Senhor Presidente. Muito obrigado por terem aceite, o agendamento por 2/3 deste protocolo e tem a ver com um protocolo de colaboração com o Centro de Hemodiálise SA, que tem a ver com a articulação institucional e com objectivo de garantir um fluxo de informação regular relativa à qualidade da água a fornecer, isto também é uma imposição de ordem legal da ARS, nós também, em reunião de executivo agendamos por 2/3 e por isso mesmo é que também solicitámos, estamos só a cumprir com a legislação em vigor e com aquilo que nos foi solicitado por outras entidades. =====

===== Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição. =====

===== *Posto isto, o Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto número treze à votação, tendo sido deliberado por unanimidade autorizar a celebração do protocolo de Colaboração com o CentroDial – Centro de Hemodiálise, SA* =====

=== *PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO (ARTIGO 21º DO REGIMENTO)* ===

===== *Aberto o período de inscrições, registaram-se os pedidos de inscrição do Senhor Prof. Leonel Martins.* =====

===== *O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Prof. Leonel Martins.* =====

===== *Muito boa noite a todos os presentes. Apenas algumas questões. Uma primeira questão tem a ver com a chamada Azinhaga da Serração. A Azinhaga da Serração para quem conhece Oliveira de Azeméis, é uma ruazinha que fica por trás do Cemitério de Oliveira de Azeméis, e que tem metade do percurso, metade da rua, está alcatroada e tem paralelo e tem a outra parte que dá acesso à aquela rotunda, que não tem saída por agora, mas depois dá continuidade, está em terá batida. Pedi ao Senhor Presidente da Junta de Oliveira de Azeméis se arranjava aquilo, o Senhor Presidente da Junta fez o favor de colocar lá um bocado de terra, mas neste Inverno com a chuva a terra voltou a sair, está cheio de buracos e os senhores que moram atrás sentem alguma dificuldade, e até os automóveis, o que se pedia era se faz o favor se seria possível, vai lá passar uma das vias, mas enquanto se faz e não se faz, se seria possível dar um arranjo naquela zona. Uma outra coisa, tem a ver com o passeio em Santo António, que vai até casa dos pais do Dr. Jorge, Dr. Fernando, porque aquilo é só feito com umas lajesinhas, tipo mosaico e muitos deles estão levantados até há ali dois ou três encostados a uma casa, estão levantados, outros estão partidos, o piso não está muito adequado passam pessoas de idade, se faz favor de arranjar o passeio. Uma outra questão, tem a ver com a chamada zona pedonal, a zona que foi requalificada e é considerada como zona pedonal, começa cá em cima à beira dos CTT e termina cá em baixo, abaixo da garrafeira, essa zona é atravessada por três vias que passa trânsito o que faz com que a zona pedonal esteja dividida em facções. A primeira zona à beira dos CTT tem lá uma placa que proíbe o trânsito, excepto a cargas e descargas, não é respeitado, os veículos passam normalmente, as pessoas já se habituaram a isso fazem o percurso pelo passeio, não há problema é uma questão de hábito, mas depois há a passagem para a outra zona, que é a zona digamos, a zona nobre da zona pedonal, que é a passagem da Igreja para o outro lado, e, aí os peões não têm segurança e eu posso relatar que no ultimo domingo um senhor, eu não sei o nome, sei que é professor e mora em Santo António está reformado, e tem uma deficiência, caminha com uma bengala, ia sendo atropelado ali porque*

veio um carro e não lhe deu prioridade, as pessoas não têm muito a noção que é obrigatório dar a prioridade aos peões. O mesmo se passa depois na ligação da Câmara para o outro lado, embora tenha lá a placa com o limite de velocidade 10km, ter atenção aos peões, os carros passam e não respeitam a velocidade e a maior parte deles não dão prioridade aos peões. E finalmente temos do outro lado junto à Garagem Justino em que a situação é semelhante. Eu tenho a sugestão de que se pintasse ali uma espécie de zebra, uma passadeira larga, de forma a alertar os peões, não sei qual a melhor solução, mas qualquer coisa que alertasse os condutores que, naquele local têm de dar prioridade aos peões, porque aquilo é tudo zona pedonal, começa cá em cima e acaba lá em baixo. Uma outra coisa é o seguinte; Ontem tive a oportunidade, houve Reunião Extraordinária da Junta de Freguesia, e foi apresentado o projecto que vai ser realizado no parque da La Salette, foi a primeira vez que tive a hipótese de ver o projecto final e realmente as obras são dignas. O Parque vai ficar muito melhorado, sem dúvida. Não se pode questionar isso. Agora, podemos cair numa situação que é o seguinte: é termos um Parque magnífico e os Oliveirenses não usufruírem dele, ou seja, é vital que nós puxemos o Parque para a Cidade, isso só é possível criando uma ligação pedonal e uma ciclovia. Eu questionei as Senhoras que estavam lá, se havia um projecto de ligação, e as Senhoras disseram-me, que não havia, embora esse projecto tivesse sido delineado, uma ligação por baixo por Cidacos, mas na realidade não estava contemplado, não havia dinheiro, os 5.000.000 (cinco milhões) não chega. E por isso estamos sujeitos a quê? A Criar o tal parque, mas depois não usufruir. Eu na altura dei uma sugestão que era aquela ligação, junto ao campo de futebol a passar por cima, provavelmente seria a mais económica e seria a mais próxima do Parque, eu não estou a dizer que essa sugestão seja a ideal, é preciso é arranjar uma solução, temos um Parque muito bonito, mas, é sempre a mesma coisa ninguém usufruiu do parque. E finalizava com uma situação engraçada que é o seguinte, ali perto do cemitério, num canteiro do cemitério, em cima de uma zona que está ajardinada, que tem relva, está lá estacionada uma carrinha, e um dia vi lá um papel colado atrás, o papel colado atrás é um Edital da Câmara Municipal, assinado pelo Vereador responsável pela Divisão de Ambiente e Serviços Urbanos. Esse Edital diz assim, o dono desta carrinha está estacionado num local público, isto é da Câmara e tem 10 dias para tirar daqui a carrinha. Se não tirar em 10 dias, vem a Câmara com um reboque e leva a carrinha para um parque, depois se quiser levar a carrinha paga a multa, se não pagar a multa, a carrinha passa para o Estado. Correcto. Mas depois em baixo a data assinatura é, dia 14 de Julho de 2010. Boa noite. =====

===== Antes de terminar o Senhor Presidente da Mesa propôs a aprovação por minuta da acta relativa à presente Sessão, sendo a mesma aprovada por unanimidade. =====

===== E não havendo outros assuntos a tratar, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal declarou encerrada a Sessão, eram 21h 30m, da qual para constar se lavrou a

presente acta, que depois de lida e aprovada vai ser assinada pelos elementos constituintes da Mesa. =====